



15 DE JUNHO DE 2018

Sexta-feira

- NOVOS PROJETOS DE LEI - NÚCLEO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - Nº 18. ANO XIV. 14 DE JUNHO DE 2018
- CAMEX APROVA ANTIDUMPING PARA IMPORTAÇÕES DE AÇO COM COSTURA DA MALÁSIA, TAILÂNDIA E DO VIETNÃ
- MARCOS JORGE DESTACA AGENDA BRASILEIRA PARA A INDÚSTRIA 4.0 EM EVENTO NO RIO DE JANEIRO
- SETOR PRODUTIVO PERDE DINHEIRO COM A ESPECULAÇÃO NO CÂMBIO
- CRISE FISCAL, SOMADA À RETOMADA LENTA DA ECONOMIA, INIBE INVESTIMENTOS DO EMPRESARIADO
- SECRETÁRIO DA RECEITA SE REÚNE COM REPRESENTANTES DA INDÚSTRIA DE REFRIGERANTES
- RETOMADA DO SETOR DE EMBALAGENS PASSA POR MOMENTO DE DESACELERAÇÃO
- LG DEMITE FUNCIONÁRIOS DO SETOR DE CELULARES NA FÁBRICA DE TAUBATÉ, SP
- RECEITA FEDERAL REGULAMENTA A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA
- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS ACESSÓRIAS A SEREM EXTINTAS COM O eSOCIAL
- e-SOCIAL: IMPLANTAÇÃO COMEÇA EM JULHO E SERÁ POR ETAPAS
- FATURAMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS PAULISTAS APRESENTA AUMENTO DE 1,3% EM ABRIL
- ARTIGO: PERT - PARCELAMENTO ESPECIAL - FALTA CONSOLIDAÇÃO DA RFB, FIQUE DE OLHO!
- A SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS EM CRISE
- 'QUASE NADA MUDOU DESDE QUE OS BRASILEIROS FORAM ÀS RUAS EM 2013', DIZ ECONOMISTA
- MARCO REGULATÓRIO DO TRANSPORTE DE CARGA PODE SER VOTADO NA PRÓXIMA SEMANA
- TABELA DE FRETE NÃO VINCULA TODOS OS CAMINHONEIROS, AFIRMAM ADVOGADOS
- VALOR DO FRETE INCORPORA AUMENTO DO PREÇO DO DIESEL

- IMPORTADOR PODE DEIXAR MERCADO DE DIESEL
- MINISTRO DO STF SUSPENDE AÇÕES JUDICIAIS CONTRA TABELA DO FRETE
- ANP E CADE CRIAM GRUPO DE TRABALHO PARA AVALIAR MEDIDAS EM COMBUSTÍVEIS
- BRASIL INICIA 2º TRI COM CRESCIMENTO DE 0,46% EM ABRIL, INDICA BC, EM RITMO AMEAÇADO POR GREVE
- IBC-BR INDICA MELHOR INÍCIO DE ANO PARA A ATIVIDADE DESDE 2014, APONTA BC
- CENÁRIO EXTERNO LEVA DÓLAR A R\$ 3,80 E BC ANUNCIA NOVAS INTERVENÇÕES
- ALTA DA SELIC ENTRA NO RADAR DE ANALISTAS
- SOB PESO DE ALIMENTOS, IGP-10 ACELERA ALTA A 1,86% EM JUNHO, DIZ FGV
- COM ALTA DE 0,46%, 'PRÉVIA' DO PIB DO BANCO CENTRAL VOLTA A CRESCER EM ABRIL
- INDÚSTRIA PERDE OPORTUNIDADE DE PAGAR MENOS IMPOSTOS
- VOLKSWAGEN INAUGURA LABORATÓRIO DE REALIDADE VIRTUAL NA PLANTA ANCHIETA
- VENDAS FINANCIADAS POR CDC CRESCEM 25% ATÉ MAIO
- FABRICANTES DE MOTORES ESTÃO NO CAMINHO CERTO COM PLANO DE RECUPERAÇÃO PARA A320, DIZ A AIRBUS
- COBRE OPERA EM QUEDA COM DÓLAR FORTE E EXPECTATIVA POR ANÚNCIO DE TARIFAS

CÂMBIO		
EM 15/06/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,786	3,866
Euro	4,397	4,399

Fonte: BACEN

Novos Projetos de Lei - Núcleo de Assuntos Legislativos - nº 18. Ano XIV. 14 de junho de 2018

15/06/2018 – Fonte: FIEP

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Para acessar a íntegra, CLIQUE [AQUI](#).

Camex aprova antidumping para importações de aço com costura da Malásia, Tailândia e do Vietnã

15/06/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 14-06-2018)

Resolução foi publicada hoje no Diário Oficial da União

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou direito antidumping definitivo (por até 5 anos) às importações brasileiras de tubos com costura, de aço inoxidável originárias da Malásia, da Tailândia e do Vietnã.

O produto objeto da medida está classificado nos códigos 7306.40.00 e 7306.90.20 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e tem a seguinte descrição técnica: austenítico, dos graus 304 e 316, de seção circular, com diâmetro externo igual ou superior a 6 mm (1/4 polegadas) e não superior a 2.032 mm (80 polegadas), com espessura igual ou superior a 0,40 mm e igual ou inferior a 12,70 mm.

O direito antidumping será recolhido sob a forma de alíquota específica por tonelada, nos montantes especificados abaixo:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US\$/t)
Malásia	Pantech Stainless & Alloy Industries Sdn Bhd	367,56
	Roland Gensteel Industrial (Malaysia) Sdn. Bhd	740,02
	Superinox Max Fittings Industry Sdn.Bhd	740,02
	Superinox Pipe Industry Sdn. Bhd.	740,02
	Demais	740,02
Tailândia	Thai-German Products Public Co., Ltd.	747,56
	Viax International Co., Ltd.	747,56
	Eastern Metal Treinding Co., Ltd.	747,56
	Demais	747,56
	Hoa Binh Production Trading Co., Ltd. (Inoxhoabinh Mill)	888,27
Vietnã	Inox Hoa Binh Joint Stock Company (Inoxhoabinh Mill)	888,27
	Vinlong Stainless Steel (Vietnam) Co., Ltd.	782,11
	Oss Daiduong International Joint Stock Company	806,14
	Sonha International Corporation	806,14

Sonha Ssp Vietnam Sole Member Co., Ltd.	806,14
Tien Dat Trade Import & Export Company Limited	806,14
Demais	888,27

Os aços austeníticos são normalmente utilizados na indústria alimentícia, em aplicações criogênicas, ornamentais, aplicações em altas temperaturas, componentes náuticos, construção civil, equipamentos para indústrias químicas, petroquímicas, de açúcar e álcool, alimentícia, farmacêutica e de papel e celulose, baixelas e utensílios domésticos.

Veja [aqui](#) a Resolução Camex nº39

Marcos Jorge destaca Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 em evento no Rio de Janeiro

15/06/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 14-06-2018)



Nesta quinta, BNDES e MCTIC anunciaram apoio a projetos de Internet das Coisas; Instituições Tecnológicas públicas ou privadas sem fins lucrativos têm até 31 de agosto para submeter as propostas ao BNDES

O governo está na linha de frente para incentivar a indústria 4.0 no Brasil. Essa é a avaliação do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge. Ele participou de um evento, no Rio de Janeiro, em que foi anunciado o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações (MCTIC) a projetos-pilotos da Internet das Coisas (IoT, na sigla em inglês).

Como explicou o ministro, o MDIC lançou em março a Agenda Brasileira para a Indústria 4.0. Um dos objetivos é incentivar setores da economia, como o automotivo, o agro, o têxtil e o da saúde, a figurar na elite global da produção com a adoção de tecnologias inovadoras e disruptivas.

“O momento é oportuno para o setor produtivo brasileiro investir em inovação e tecnologia. A recuperação da indústria, a partir do ano passado, e a volta da confiança na economia – impulsionada pela inflação baixa e redução dos juros – são fatores fundamentais para a transformação que estamos iniciando agora”, disse.

Marcos Jorge explicou que, dentre outras medidas, o MDIC abriu, em conjunto com a ABDI, o Edital para Fábricas do Futuro, que testará em ambientes reais de produção até 10 projetos de soluções inovadoras.

Outra iniciativa importante foi tomada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) em fevereiro deste ano. O colegiado zerou o imposto de importação para aquisição de

robôs industriais não produzidos no Brasil, o que poderá fazer com que o setor produtivo invista no país, no mínimo, US\$ 250 milhões nos próximos dois anos.

“Essas e outras ações previstas na Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 vão permitir que empresários invistam na transformação digital e nos ajudarão a ter, em um futuro próximo, um Brasil, decidida e irreversivelmente, 4.0”, concluiu.

Para o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, as soluções baseadas em Internet das Coisas têm enorme impacto no cenário produtivo e, por isso, é essencial que o Estado lance, cada vez mais, políticas públicas para o setor. “Antigamente as tecnologias duravam por mais de um século.

Agora, são menos duradouras. Precisamos desenvolver diferentes maneiras de organizar a produção e a tecnologia. E esta será uma grande oportunidade para incentivar a produção de bens de uma maneira nova”.

Essa também é a avaliação do ministro Gilberto Kassab (MCTIC). “A IoT é a bola da vez. Precisamos garantir que o Brasil implante essa tecnologia e se iguale a outros países nesse aspecto”, disse.

Projetos-pilotos em IoT

O BNDES e o MCTIC irão apoiar iniciativas de integração e avaliação de soluções de IoT em Cidades Inteligentes, Saúde e Ambiente Rural.

O valor mínimo do apoio do BNDES será de R\$1 milhão, limitado a 50% do total de cada projeto.

Poderão ser apresentadas soluções executadas por Instituições Tecnológicas públicas ou privadas sem fins lucrativos.

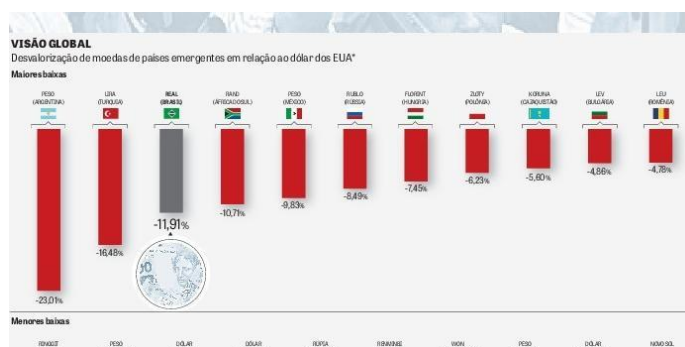
Os interessados têm até 31 de agosto para submeter as propostas ao BNDES

Mais informações no site do BNDES: www.bndes.gov.br/pilotosiot.

Setor produtivo perde dinheiro com a especulação no câmbio

15/06/2018 – Fonte: DCI

Fundamentos abalados. Nos últimos 30 dias, o Ibovespa caiu 16,1% para 71.421 pontos, enquanto o dólar subiu 6,7%, de R\$ 3,57 para R\$ 3,8095 ontem, distante do pico de R\$ 3,96 em 7 de junho



As empresas do setor produtivo que precisam de proteção cambial (hedge) são as mais prejudicadas com a volatilidade do dólar. Na outra ponta, investidores de curtíssimo prazo (especuladores) eficientes e intermediadores do sistema financeiro giram seus negócios.

Nos últimos 30 dias, o dólar saiu da cotação inicial de R\$ 3,57 e foi a máxima de R\$ 3,96 no meio da tarde de 7 de junho; recuou para R\$ 3,69 em 11 de junho; para

fechar em R\$ 3,8095 ontem. “É muita volatilidade, e quem ganha são os traders, os especuladores de ocasião”, identifica o professor de cenários econômicos e de macroeconomia dos cursos de MBA da Faculdade Fipecafi, Silvio Paixão.

Na avaliação dele, mesmo com a possibilidade de fazer a proteção cambial (*hedge*) no mercado financeiro, as empresas do setor produtivo (exportadoras e importadoras) precisam arcar com esses custos (juros, margens e registros em contratos de derivativos). “Perde, principalmente, quem é devedor em dólar; devedor em insumos importados; e também o País, que é importador de poupança externa”, exemplifica Paixão.

Em linha semelhante, o economista Pedro Coelho Afonso diz que os pequenos e médios empresários que atuam no comércio exterior são os mais prejudicados pela volatilidade.

“Em geral, o pequeno e médio empresários não conhecem e não utilizam mecanismos sofisticados de proteção cambial. Fica complicado definir preço, seja para fazer uma importação ou para exportação com o dólar oscilando de R\$ 3,50 a R\$ 4. É difícil tomar decisões. Mesmo as grandes empresas, por mais que se faça *hedge*, fica-se exposto. O mercado financeiro exige margens [garantias]”, diz o economista.

Ele pondera que a escalada global do dólar está relacionada à política monetária nos Estados Unidos para conter a inflação na meta de 2% ao ano por lá. Ou seja, há também fundamentos para a elevação da moeda americana.

O Federal Reserve (FED, o BC dos EUA) elevou os juros para a faixa entre 1,75% e 2% ao ano na última quarta-feira e sinalizou mais duas altas neste ano. Esse aperto monetário nos EUA provoca saída de capital de países emergentes para o porto seguro rentável dos títulos de tesouro norte-americano (Treasuries).

Mas o economista acrescenta que a volatilidade no Brasil é agravada pela questão política interna. “Já vimos a especulação algumas vezes em anos eleitorais, o Banco Central queima reservas, vamos ver quanto vai custar essa intervenção”, alerta Coelho Afonso.

Vale lembrar que na noite de 7 de junho, após o encerramento dos negócios no mercado, o presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, anunciou um volume adicional de US\$ 20 bilhões em swaps cambiais. Por esse instrumento, o BC recebe juros pela venda de contratos e entrega (em reais) a variação do dólar no vencimento desses derivativos.

Com o anúncio, na data seguinte, em 8 de junho, a cotação do dólar à vista apresentou sua maior queda desde 2008, uma baixa de 5,35% para R\$ 3,705 no balcão. “Quem comprou volatilidade, apostou na alta, ganhou, surfou na onda, mas também perdeu. É difícil acertar na mosca. Só profissionais muito eficientes conseguem. Tem muita gente [gestores de fundos] que perdeu dinheiro com o sobe e desce”, contou o estrategista-chefe da Levante Investimentos, Rafael Bevilacqua.

Riscos de mercado

O estrategista completou que os estrangeiros já haviam reduzido muito sua exposição ao Brasil, mas que o investidor local (fundos e pessoas físicas) ainda pode tentar recuperar parte das perdas.

“Tem prêmio [ganho potencial] em juros e ativos baratos na bolsa. Só precisa de um sinal claro [dos candidatos à presidência] da continuidade das reformas. Qualquer melhora no cenário [e nas pesquisas] dará para entrar em papéis”, apontou Bevilacqua.

O arriscado “kit eleições” na bolsa de valores envolve a posição em ações de estatais como Petrobras, Banco do Brasil e Eletrobras, com a proteção em papéis de exportadoras como Embraer, Fibria, Suzano e Klabin.

Para o economista-chefe da Infinity Asset, Jason Vieira, ganhar ou perder no mercado financeiro (renda fixa e variável) depende muito da posição em que está o investidor. “O mix de dólar e juros acabou afetando curvas de curto, médio e longo prazo. Argentina, Turquia, Brasil e México passam por esse período de desvalorização em relação ao dólar”, observa.

Sobre o ambiente conturbado desde a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) encerrada em 15 de maio, Jason Vieira contou que o investidor que não esteve em uma aposta direcional ganhou, e quem apostou na piora do cenário, ganhou mais. Por outro lado, quem estava em comprado ações na bolsa antes da greve dos caminhoneiros – iniciada em 21 de maio e encerrada em 31 de maio – perdeu dinheiro. De fato, em 30 dias, o Ibovespa caiu 16,10% do patamar de 85.130 pontos para 71.421 pontos ontem. “Esse investidor terá que aguardar [uma recuperação]”, afirma o economista.

Sobre esse forte recuo no preço dos ativos, o analista-chefe da Rico Investimentos, Roberto Indech, aponta que esse pode ser o momento de oportunidade para investidores de perfil agressivo e com horizonte de longo prazo. “Dá para começar a formar uma carteira, comprando aos poucos”, aponta.

Ao mesmo tempo, Indech alerta que o período eleitoral trará grandes oscilações na bolsa e no dólar. “Dependerá de pesquisas, dos debates dos candidatos, da decisão do TSE [sobre Lula] e do início do tempo da campanha na TV”, avisa.

Crise fiscal, somada à retomada lenta da economia, inibe investimentos do empresariado

15/06/2018 – Fonte: R7

A crise fiscal deve ser um tema recorrente entre pré-candidatos nesta eleição, já que terão um desafio grande para controlar a dívida pública.

A crise fiscal deve ser um tema recorrente entre pré-candidatos nesta eleição, já que terão um desafio grande para controlar a dívida pública. Em um clima de insatisfação econômica e insegurança política, preocupações com a economia influenciam a percepção de brasileiros com o futuro e impactam o empresariado.

Uma pesquisa da Datafolha publicada pela Folha de São Paulo, no dia 11 de junho, mostra que 72% dos entrevistados entendem que a situação econômica do país piorou nos últimos meses, ou seja. Ainda segundo o instituto, 32% dos entrevistados disseram que a economia vai piorar nos próximos meses, enquanto 26% acreditam em uma recuperação.

Na avaliação do economista Gabriel Couto, que também coordena o Núcleo de Inteligência da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (Acirp), o risco fiscal e o receio de uma nova recessão afetam a percepção do pequeno e médio empresário com a economia. “As contas públicas indicam o pior quadro da história recente e, caso não aconteçam reformas no sentido de sanar as finanças do governo por meio de corte de gastos públicos, o país caminhará para a insustentabilidade fiscal no longo prazo”, diz.

Na prática, segundo o economista, a permanência desse risco desestimula novos investimentos e contratações por parte dos empresários, que reclamam da imprevisibilidade. “Adicionalmente, consumidores também ficam mais cautelosos e reduzem as compras em ambientes de elevada incerteza, impactando no faturamento

das empresas. Cria-se um ciclo que leva a baixo crescimento e recuperação tímida do emprego”, completa.

Alguns índices recentemente divulgados, como o Indicador de Confiança do Micro e Pequeno Empresário, aferido pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), demonstram uma leve melhora na percepção de empresários com a economia e seus próprios negócios.

Em maio, foi registrado 54,1 pontos – um aumento de 4,3 pontos na comparação com o mesmo período do ano passado (49,8 pontos). Também houve aumento em comparação com Abril de 2018, quando o indicador estava em 52,7 pontos. O estudo apurou, ainda, que em 12 meses caiu de 61% para 46% o percentual de micro e pequenas empresas que preveem piora na economia.

Segundo o estudo, o resultado acima de 50 pontos demonstra o predomínio de uma visão moderadamente otimista.

O mesmo otimismo não é percebido no resultado do ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial) da Confederação Nacional da Indústria. O de maio ficou em 55,5 pontos, o que representa um recuo de 1,3 ponto em relação ao mês anterior, quando o índice já havia caído 2,4 pontos. Pior: as duas quedas consecutivas interromperam uma sequência de oito meses de crescimento da percepção observada no índice.

Segundo o economista Gabriel Couto, uma impressão de melhora sutil tem sido compartilhada entre empresários, quando a comparação é feita com referências anteriores.

“A percepção geral é de que o pior momento da crise já passou, mas isto não significa que o momento atual é de otimismo ou de desempenho econômico satisfatório. Há dois anos a economia ainda se retraía, a inflação era muito mais alta, e as incertezas eram ainda maiores. Entretanto, ainda estamos longe de recuperar tudo o que foi perdido ao longo da crise”, afirma. Outro ponto observado, é que a retomada é desigual entre setores. Existem segmentos que ainda não veem melhoras, enquanto outros já se encontram em estado mais avançado da retomada.

O excesso de obrigações tributárias e criação de novas regras no país, que atingem principalmente as regiões Sul e Sudeste, também prejudicam as empresas na hora de fazer o planejamento e a tomada mais assertiva de decisões.

Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), a cada dia útil são publicadas, em média, cerca de 46 novas regras tributárias no Brasil.

“A elevada e complexa carga tributária prejudica a produtividade do brasileiro, que precisa dedicar muitas horas de trabalho com questões burocráticas. Em um momento de alto desemprego, a recuperação poderia ser mais rápida se o sistema fosse mais simples e não ocorressem tantas mudanças”, considera.

Secretário da Receita se reúne com representantes da indústria de refrigerantes

15/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-06-2018)

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, está reunido com representantes da indústria de refrigerantes, que estão insatisfeitos com o fim de isenções ao setor após a ginástica do governo para acomodar os benefícios aos caminhoneiros. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, também participaria da reunião, mas foi chamado ao Palácio do Planalto e participa de encontro com o presidente Michel Temer.

Participam da reunião com Rachid Alexandre Jobim, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas, além de representantes da Ambev e da Coca-Cola.

Retomada do setor de embalagens passa por momento de desaceleração

15/06/2018 – Fonte: DCI

Após três anos negativos, essa indústria iniciou recuperação em 2017, mas perdeu ritmo desde março, podendo rever projeções de crescimento diante de impactos da greve dos caminhoneiros



Linha de produção de embalagens de vidro, categoria que obteve o melhor desempenho do setor em 2017

A retomada do setor de embalagens, um importante termômetro da indústria, passa por desaceleração após um início de ano aquecido, afirmam entidades e empresas, ressaltando que ainda não é possível mensurar os efeitos da greve dos caminhoneiros.

“De outubro a fevereiro, o setor de embalagens registrou taxas de crescimento superiores a 5%. Já em março, o ritmo recuou para 1,66%. A questão que estes resultados colocam é se a desaceleração vai se manter ou se foi um ajuste pontual”, aponta a diretora executiva da Associação Brasileira de Embalagem (Abre), Luciana Pellegrino.

O estudo macroeconômico da embalagem da Abre, elaborado em fevereiro pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), projetava crescimento de 3% no volume de produção em 2018.

Luciana afirma que dificilmente o ritmo inicial seria mantido e alguma diminuição era esperada. “A retomada deve prosseguir, com taxas às vezes mais baixas que a de março, mas a recuperação econômica, na qual se insere o desempenho da indústria de embalagem, ainda prossegue, mesmo que um pouco mais branda.”

Em 2017, a produção da indústria de embalagens apresentou crescimento de 1,96%. Foi o primeiro resultado positivo em três anos. O valor bruto da produção física atingiu o montante de R\$ 71,5 bilhões, 5,1% superior em relação ao resultado de 2016. “Os juros caíram sensivelmente e o desemprego mais timidamente.

Podemos então esperar uma desaceleração gradativa ao longo do ano, compatível com uma taxa de crescimento da produção física de embalagem próxima de 3%, entre janeiro e dezembro”, prevê Luciana.

A dirigente conta que essa redução do ritmo já era prevista, mas o impacto da greve dos caminhoneiros ainda não pode ser avaliado. “Não temos uma mensuração dos impactos decorrentes da falta de combustível que afetou o processo de escoamento da produção, abastecimento dos supermercados e de alguma forma o consumo.”

Desempenho por classe

De acordo com o estudo da FGV, das cinco categorias de embalagem, quatro registraram crescimento em 2017: vidro (3,39%), plástico (3,37%),

papel/papelão/cartão (2,99%) e madeira (0,56%). Já as embalagens metálicas apresentaram uma retração de 3,92%.

Por meio de nota à reportagem do **DCI**, a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) afirma que o segmento de embalagens apresentou resultados positivos nos primeiros quatro meses do ano. "De janeiro a abril de 2018, o segmento de embalagens registrou crescimento de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Entretanto, ainda distante de recuperar os 15,4% de queda entre 2014 e 2016." A entidade destaca que o ponto positivo do segmento de embalagens é ser demandado por setores que enfrentam de maneira mais amena a crise, como a indústria de artigos de higiene pessoal, limpeza e cosméticos, de alimentos e bebidas. "Entre 2014 e 2016, foram os três setores que registraram as menores quedas na produção física, se olharmos os principais mercados consumidores de plástico pertencentes à indústria de transformação."

A Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis (Abief), através da consultoria Maxiquim, revela que o mercado de embalagens flexíveis, assim como o setor plástico como um todo e a indústria em geral, não vem apresentando o desempenho esperado no início do ano. "Esperávamos um crescimento próximo de 3% para embalagens flexíveis, porém a partir de março já se via um comportamento muito instável. A previsão mais atual é de que este mercado cresça aproximadamente 2% em volume", diz a sócia-executiva da Maxiquim, Solange Stumpf.

O gerente técnico da Milliken na América do Sul, Edmar Nogueira, entende que a greve já afetou o setor. "O mercado de embalagens começou o ano otimista, mas deu uma freada com a greve. Houve um reajuste da expectativa." Multinacional do setor químico, a empresa produz soluções para embalagens de polipropileno. "O segmento ainda cresce, mas por volta de 2%, quando antes se falava em 4% ou 5%."

LG demite funcionários do setor de celulares na fábrica de Taubaté, SP

15/06/2018 – Fonte: G1 (publicado em 14-062018)

Ao menos 50 trabalhadores foram demitidos, conforme o G1 apurou. Número de desligamentos não foi informado pela empresa e sindicato.



A LG Eletronics demitiu nesta quarta-feira (13) um grupo de trabalhadores da fábrica de Taubaté (SP). A empresa informou que os cortes foram motivados pelo alto volume do estoque e pelo cenário do mercado, com a instabilidade do dólar. Além das demissões, a empresa já havia anunciado férias coletivas - a medida atinge 437 trabalhadores, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos.

A LG disse que os cortes aconteceram no setor de produção de celular da unidade. O número de demitidos não foi informado pela empresa ou sindicato. O **G1** apurou que pelo menos 50 trabalhadores foram demitidos. Não há informação se mais desligamentos serão feitos na unidade.

Os cortes foram a segunda medida da empresa para adequação ao mercado. Na quarta, a LG havia anunciado férias coletivas na produção – a área em que atuam não foi informada.

De acordo com a LG, a pausa é para adequar a produção com a demanda da empresa e vai acontecer por 15 dias começa a partir da próxima segunda-feira (18). O retorno está previsto para o dia 3 de julho.

A LG Eletronics tem cerca de 1,5 mil funcionários na fábrica de Taubaté. Na unidade, são produzidos celulares, monitores e itens da linha branca, além de um setor de callcenter.

Sindicato

O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté informou no fim da tarde de quinta-feira (14) que lamenta e não concorda com o desligamento efetuado pela LG. "Mesmo não tendo o número de trabalhadores dispensados no momento, a diretoria do sindicato está tentando marcar uma reunião com a empresa para discutir essas demissões", disse trecho da nota.

Receita Federal regulamenta a compensação tributária

15/06/2018 – Fonte: Contábeis.com

A Instrução Normativa (IN) RFB nº 1810/2018 trata da unificação de regimes jurídicos (créditos fazendários e previdenciários)



A Instrução Normativa (IN) RFB nº 1810/2018 trata da unificação de regimes jurídicos (créditos fazendários e previdenciários)

Foi publicada hoje no Diário Oficial da União, a [Instrução Normativa RFB nº 1810, de 2018](#), que disciplina a compensação tributária.

Destaca-se a unificação dos regimes jurídicos de compensação tributária (créditos fazendários e previdenciários) relativamente às pessoas jurídicas que utilizarem o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social) para apuração das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 2007, nos termos da Lei nº 13.670, de 2018.

A compensação tributária unificada será aplicável somente às pessoas jurídicas que utilizarem o e-Social para a apuração das referidas contribuições. As empresas que utilizarem o eSocial poderão, inclusive, efetuar a compensação cruzada (entre créditos e débitos previdenciários ou fazendários), observadas as restrições impostas pela legislação decorrentes da transição entre os regimes.

O regime de compensação efetivado por meio de informação em GFIP não será alterado para as pessoas jurídicas que não utilizarem o e-Social.

O ato normativo também dispõe sobre as vedações decorrentes da Lei nº 13.670, de 2018, quanto à compensação de débito de estimativa do IRPJ ou da CSLL, de valores de quotas de salário-família e salário-maternidade e de crédito objeto de procedimento fiscal.

No que se refere à vedação da compensação de débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e da CSLL, tem-se que as “estimativas indevidamente compensadas geram falso saldo negativo do imposto que por sua vez também é indevidamente compensado com outros débitos, inclusive de outras estimativas, implicando o não pagamento sem fim do crédito tributário devido pelo contribuinte” — Exposição de Motivos nº 00107/2017 MF ao Projeto de Lei nº 8.456, de 2017.

Em relação à vedação da compensação de crédito objeto de procedimento fiscal, “pretende-se eliminar a possibilidade de extinção de dívidas tributárias por meio de utilização de créditos quando, em análise de risco, forem identificados indícios de improcedência e o documento apresentado pelo contribuinte estiver sob procedimento fiscal para análise e reconhecimento do direito creditório” — Exposição de Motivos nº 00107/2017 MF ao Projeto de Lei nº 8.456, de 2017.

A vedação se aplica somente ao procedimento fiscal distribuído por meio de Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal (TDPF), não se aplicando aos procedimentos fiscais de análise de restituição, reembolso, ressarcimento ou compensação que dispensam a emissão de TDPF.

Define-se, ainda, que a compensação de crédito de contribuição previdenciária decorrente de ação judicial, por meio de declaração de compensação, poderá ser realizada somente após a prévia habilitação do crédito, mantendo-se a sua dispensa somente para a compensação em GFIP.

Obrigações Trabalhistas Acessórias a Serem Extintas com o eSocial

15/06/2018 – Fonte: Contábeis.com (publicado em 14-06-2018)

Até a implementação definitiva do eSocial, as informações geradas pelos Departamentos Pessoais das empresas são transmitidas a diversos órgãos diferentes.



Até a implementação definitiva do eSocial, as informações geradas pelos Departamentos Pessoais das empresas são transmitidas a diversos órgãos diferentes, como a Caixa Econômica Federal (CEF), Instituto Nacional do Seguro Social ([INSS](#)), o Ministério da Previdência (MPS), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

Para atender a demanda destes órgãos por informações dos empregados e seus eventos, existem hoje diversas obrigações acessórias trabalhistas e previdenciárias. Muitas dessas obrigações solicitam dados em duplicidade mas em momentos e de formas diferentes. Um exemplo são as informações enviadas através do CAGED e da RAIS.

Com a implementação do eSocial a transmissão das informações será feita de forma única e centralizada. Haverá apenas uma base de dados que ficará a disposição para todos os órgãos envolvidos. Além disso a comunicação será feita exclusivamente em ambiente digital, eliminando a necessidade de papel e impressões.

Sendo assim diversas obrigações acessórias serão extintas conforme o eSocial for implementado na sua empresa. Confira:

– **Livro de registro de empregado**

A necessidade de registro dos trabalhadores conforme art. 41 da [CLT](#) será suprida por meio eletrônico.

– **Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)**

O aplicativo para preenchimento do formulário da CAT, será substituído pelo evento S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho dentro do próprio eSocial.

– **Perfil profissiográfico previdenciário (PPP)**

Será integrado ao eSocial, padronizando as informações. Vários eventos relativos a segurança e saúde do trabalhador irão compor/formar as informações do Perfil do Trabalhador.

– **Arquivos eletrônicos entregues à fiscalização (Manad – Manual Normativo de Arquivos Digitais)**

Já estão em desuso desde a implementação inicial do Projeto Sped, e agora alcançarão as informações relativas aos empregados.

– **Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**

A Guia de Recolhimento do FGTS será gerada dentro do eSocial com o envio do evento S-1299 – Fechamento dos Eventos Periódicos.

– **Informações à Previdência Social (GFIP)**

Todas as informações que antes eram enviadas através da GFIP/SEFIP como os dados da empresa, dos trabalhadores, fatos geradores de contribuições previdenciárias, remunerações, valores devidos ao INSS e FGTS serão substituídos integralmente pelos diversos eventos constantes no eSocial.

– **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**

Todos os vínculos laborais do empregador deverão estar cadastrados e informados no ambiente do eSocial, não havendo mais necessidade de envio anual destas informações.

No início da implantação do eSocial o empregador deverá enviar o Evento S-2100 – Cadastramento Inicial do Vínculo, com todos os vínculos ativos e seus dados cadastrais atualizados. Depois cada novo vínculo firmado será informado através do Registro de Eventos Trabalhistas – RET.

– **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**

De forma semelhante ao exposto na RAIS as informações entregues através do CAGED serão substituídas pelo Evento S-2100 – Cadastramento Inicial do Vínculo na ocasião da implantação do eSocial e posteriormente através do Registro de Eventos Trabalhistas – RET.

– **Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF**

As retenções na fonte sobre rendimentos serão informados no evento S-1210 – Pagamentos de Rendimentos do Trabalho. Porém a responsabilidade de efetuar os cálculos permanece sendo da fonte pagadora (empregador).

Vale lembrar que a obrigatoriedade do eSocial começará dia 1º janeiro de 2018 para grandes empresas e para as demais dia 1º julho de 2018, inclusive empresas do Simples Nacional.

Nota: A extinção das obrigações acessórias citadas não será automática assim que o eSocial estiver implementado. Cabe a cada órgão competente dispor de atos normativos tornando oficial a necessidade de não mais entregar tais declarações.

e-Social: implantação começa em julho e será por etapas

15/06/2018 – Fonte: PEGN (publicado em 14-06-2018)

e-Social: implantação começa em julho e será por etapas

Pequenos negócios terão até o final do ano para se adaptar ao novo sistema de envio de informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos empregadores



O cronograma deverá impactar mais de 8 milhões de empresas e 40 milhões de trabalhadores (Foto: Pexels)

A **implantação do e-Social** (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas) para as **Micro e Pequenas Empresas (MPE)** optantes do Simples Nacional e os Microempreendedores Individuais (MEI) que possuam funcionários ocorrerá em cinco etapas a partir de julho. O cronograma, lançado pelo Comitê Gestor do programa deverá impactar mais de 8 milhões de empresas e 40 milhões de trabalhadores em todo o país. A adesão ao e-Social é feita pelo portal.esocial.gov.br

Pelo novo sistema do **Governo Federal** será possível reduzir tempo e custos da área contábil das empresas na execução de 15 obrigações. O e-social substituirá o preenchimento e a entrega de formulários e declarações, eliminando a redundância nas informações prestadas por pessoas físicas e jurídicas.

“O sistema integra os processos, possibilita o registro imediato das informações, como por exemplo a contratação de um empregado, e disponibiliza instantaneamente os dados aos órgãos competentes. O **objetivo** é reduzir a burocracia e aprimorar a qualidade das informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias”, afirma o analista do Sebrae Minas, Haroldo Santos.

A primeira etapa da implantação do e-Social terá início em julho, quando os empregadores deverão se cadastrar no novo sistema. De setembro a outubro, as empresas deverão enviar informações sobre seus funcionários, como admissões, afastamentos e demissões. Na terceira fase, entre novembro e dezembro, a folha de pagamento dos empregados será obrigatoriamente gerada pelo novo sistema.

A partir de janeiro de 2019, as Guia de Informações à Previdência Social (GFIP) será substituída definitivamente pelo sistema eletrônico e possibilitando o cruzamento de dados dos empregadores com os do governo.

Também no início do ano, as empresas deverão enviar as informações sobre a segurança e saúde dos funcionários. “A previsão é que até fevereiro, o e-Social seja implantado por completo e os dados dos trabalhadores estejam todos informatizados, dificultando fraudes e dando maior segurança para os trabalhadores”, explica Santos.

Além das MPE, os Microempreendedores Individuais (MEI) que tiverem um empregado também terão o mesmo prazo para aderir ao e-Social. “Os MEI que atuam sozinhos continuarão usando o SIMEI, sistema de recolhimento dos tributos em valores fixos mensais do Simples Nacional, para geração da guia de recolhimento relativa à sua atividade como formalizado.

Já os MEI que empregam, além de usarem o SIMEI, deverão aderir ao e-Social para o cumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias relativas ao trabalhador contratado”, complementa o analista do Sebrae Minas.

Para quem não aderir ao novo sistema, serão aplicadas as mesmas penalidades a que estão sujeitas hoje pelo descumprimento de suas obrigações. “Vale lembrar que a partir de janeiro de 2019, o processamento e quitação das obrigações rotineiras da empresa para com a administração federal ficará inviável, se ela não se adequar ao novo sistema”, alerta Haroldo Santos

Calendário de implantação do e-Social para pequenos negócios:

- 1ª etapa: julho e agosto/2018 - será feito os cadastros do empregador e tabelas.
- 2ª etapa: setembro e outubro/2018 - as empresas empregadoras serão obrigadas a enviarem informações dos trabalhadores, como admissões, afastamentos e desligamentos.
- 3ª etapa: novembro e dezembro/2018 - será obrigatório o envio das folhas de pagamento.
- 4ª etapa: janeiro/2019 - substituição do Guia de Informações à Previdência Social (GFIP) e compensação cruzada.
- 5ª etapa: janeiro/2019 – transmissão de todos os dados de segurança e saúde do trabalhador deverão ser enviados.

- **15 obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas que serão substituídas pelo e-Social:**

- Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP).
- ✓ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).
- ✓ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
- ✓ Livro de Registro de Empregados (LRE).
- ✓ Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).
- ✓ Comunicação de Dispensa (CD).
- ✓ Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- ✓ Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).
- ✓ Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF).
- ✓ Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).
- ✓ Quadro de Horário de Trabalho (QHT).
- ✓ Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD).
- ✓ Folha de pagamento, Guia de Recolhimento do FGTS (GRF).
- ✓ Guia da Previdência Social (GPS).

Faturamento dos pequenos negócios paulistas apresenta aumento de 1,3% em abril

15/06/2018 – Fonte: PEGN (publicado em 14-06-2018)



As **micro e pequenas empresas (MPEs)** do **Estado de São Paulo** registraram crescimento de 1,3% no faturamento real (já descontada a inflação) em abril sobre igual mês do ano passado.

Foi o 14ª mês consecutivo de alta no índice de evolução da receita, apesar da redução do ritmo se considerados os 9,6% de avanço ocorrido em março deste ano diante de

março de 2017. A **receita** total em abril das MPEs somou R\$ 59,9 bilhões. O destaque é o desempenho positivo da indústria, cujo faturamento aumentou 7,3% no período analisado. Os dados são da pesquisa Indicadores, do Sebrae-SP.

O comércio também mostrou bom resultado: elevação de 3% em abril de 2018 ante abril de 2017. Já os serviços destoaram, com queda de 2,7% na mesma comparação.

A performance geral das MPEs em abril foi favorecida pelo modesto processo de retomada da economia, com a recuperação do nível de consumo interno, a partir da queda da inflação.

Por regiões, o faturamento das MPEs do Grande ABC cresceu 34,9% em abril em relação a igual mês do ano passado, que por sua vez foi o abril mais fraco desde 1999, início da série histórica da pesquisa. Os pequenos negócios do município de São Paulo apresentaram alta de 13,8% na receita real. Na região metropolitana de São Paulo, o faturamento ficou 12,2% maior no período. No entanto, as MPEs do interior viram o valor das suas vendas caírem 9,6%.

Em relação à ocupação e salários nas MPEs, se por um lado houve queda de 1,6% no pessoal ocupado e redução de 2,1% na folha de salários, quem estava na ativa nessas empresas teve aumento de 1,3% no rendimento em abril sobre igual mês do ano passado.

Microempreendedor Individual

Com crescimento de 16% no faturamento em abril na comparação com abril de 2017, o Microempreendedor Individual (MEI) chegou ao 10º mês consecutivo de elevação no indicador no confronto de um mês com igual período do ano anterior. A receita total apurada pela categoria foi de R\$ 4,5 bilhões.

O setor em que os MEIs registraram melhor desempenho foi o comércio, com elevação de 23% no faturamento real. O resultado dos serviços foi de alta de 17,6% e a indústria registrou aumento de 1,2% no indicador.

Por regiões, o faturamento dos MEIs da região metropolitana de São Paulo cresceu 22,1%; no interior, o aumento ficou em 9% na relação entre abril deste ano e o mesmo período de 2017.

Expectativa

Para os próximos seis meses, a tônica entre os empreendedores é de cautela. A maioria dos donos de MPEs acredita em estabilidade (43% em maio deste ano ante 51% em igual mês de 2017) do faturamento da empresa, mas a incerteza quanto à evolução da receita do negócio está mais alta do que há um ano. Eram 10% em abril de 2017 e agora são 17%. Já 45% aguardam manutenção do nível de atividade econômica do País (41% em maio do ano passado).

Entre os MEIs, 45% falam em melhora do faturamento nos próximos seis meses (48% em maio de 2017) e 42% esperam estabilidade (41% um ano antes). Outros 45% preveem manutenção do nível da economia (40% em maio do ano passado) e 35% creem em melhora (43% há um ano).

A pesquisa

A pesquisa Indicadores Sebrae-SP foi realizada com apoio da Fundação Seade. Foram entrevistados 1,7 mil proprietários de MPEs e 1 mil MEIs do Estado de São Paulo durante o mês de referência.

No levantamento, as MPEs são definidas como empresas de comércio e serviços com até 49 empregados e empresas da indústria de transformação com até 99 empregados, com faturamento bruto anual até R\$ 4,8 milhões.

Os MEIs são definidos como os empreendedores registrados sob essa figura jurídica, conforme atividades permitidas pela Lei 128/2008. Os dados reais apresentados foram deflacionados pelo INPC-IBGE.

Artigo: PERT - Parcelamento Especial - Falta consolidação da RFB, fique de olho!

15/06/2018 – Fonte: Contábeis.com (publicado em 14-06-2018)



O Pert - programa especial de regularização tributária foi normatizado no ano passado. E o próprio nome diz "especial"! Pois como os Refis de 2009 e 2014, este PERT veio com descontos favoráveis de multas, juros, encargos legais.

O Pert – programa especial de regularização tributária foi normatizado no ano passado. A Lei 13.496/2017 convertida pela MP 783/2017 criou o PERT em âmbito da RFB e PGFN. Para inclusão de débitos vencidos até 30/04/2017. E o próprio nome diz "especial"! Pois como os Refis de 2009 e 2014, este PERT veio com descontos favoráveis de multas, juros, encargos legais.

No âmbito da RFB foi regulamentado pela IN RFB 1711/2017 para os débitos previdenciários e demais débitos administrados pela Receita. O prazo para adesão foi até 14/11/2017 conforme prorrogação pela MP 807/2017. Não puderam entrar nos parcelamentos os débitos apurados no Regime do Simples Nacional. **Quanto à consolidação será divulgado pela RFB, fique de olho!**

Já no âmbito da PGFN foi regulamentado pela Portaria PGFN 690/2017 para débitos previdenciários, demais débitos e o FGTS. Atenção! Somente o FGTS em âmbito da PGFN entrou no PERT. Também não puderam entrar nos parcelamentos os débitos apurados no Regime do Simples Nacional. Já a consolidação ocorreu no ato do Pedido de adesão formalizado eletronicamente no portal do e-CAC PGFN, disponível no link <https://www2.pgfn.fazenda.gov.br/ecac/contribuente/login.jsf>.

Quais os efeitos de adesão aos Parcelamentos especiais?

- Confissão de dívida junto à RFB e PGFN;
- Manutenção de todos os débitos vencidos após 30/04/2017 pagos em dia sob risco de exclusão do PERT (CND Federal);
- Manutenção do FGTS pago em dia sob risco de exclusão do PERT (CRF – Certidão de Regularidade do FGTS);
- Adesão automática de Domicílio Tributário Eletrônico (DTE-e) com prova de recebimento.

Em ambos os âmbitos, os benefícios de adesão ao PERT são indiscutíveis. Visto que dependendo da modalidade escolhida pelo contribuinte, haveria redução de juros, multas e encargos legais. Na RFB a 3ª opção reduziria 90% dos juros de mora e 70% das multas. Já na PGFN a 2ª opção reduziu 100% dos encargos legais e 90% dos

juros, além de 70% das multas. Benefícios relevantes para as estratégias financeiras de qualquer negócio.

Houve também, a possibilidade de compensação dos débitos com saldo de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. Para liquidação dos débitos, poderia utilizar estes créditos desde que apurados até 31.12.2015 e declarados até 29.07.2016 na ECF. Outro benefício muito importante concedido pelo PERT para as empresas com prejuízo.

Muita atenção! Na ocorrência de fraude na declaração dos montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL. Será realizada cobrança imediata dos débitos recalculados em razão do cancelamento da liquidação realizada. E não será permitida nova indicação de créditos, sem prejuízo de eventuais representações contra os responsáveis, inclusive para fins penais.

O fato é que há benefícios e obrigações ao contribuinte que aderiu ao PERT. Notícias recentes divulgadas pela RFB, de que devedores do Parcelamento voltam a dar o calote. Não mantendo os pagamentos dos débitos tributários em dia. Correndo o risco de serem excluídos do programa especial.

A RFB divulgará, por meio de ato normativo em sua página na Internet. O prazo para que o sujeito passivo apresente as informações necessárias.

ATENÇÃO CONTRIBUINTE! Falta consolidação da RFB, fique de olho!

Link PERT RFB:

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/lista-de-servicos/pagamentos-e-parcelamentos/parcelamentos-especiais/acessar-o-programa-especial-de-regularizacao-tributaria-pert/acessar-o-programa-especial-de-regularizacao-tributaria-pert>

Link PERT PGFN:

<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/divida-ativa-da-uniao/todos-os-servicos/informacoes-e-servicos-para-pessoa-fisica/programa-especial-de-regularizacao-tributaria-2013-pert-2013-mp-783-2017/programa-especial-de-regularizacao-tributaria-2013-pert-2013-mp-783-2017/>

Por: Luiz Fernando Moraes é Contador, Professor e Palestrante. Especialista em SPED, Pós-graduado em Contabilidade e Direito Tributário com Foco no Risco Fiscal pelo IPOG, Sócio-Diretor da empresa Minas Controladoria, experiência na área tributária e contábil há mais de 12 anos.

A sobrevivência das empresas em crise

15/06/2018 – Fonte: Contábeis.com (publicado em 14-06-2018)

Importante é agir de forma preventiva evitando um agravamento profundo da crise, mesmo que as decisões sejam difíceis de serem tomadas, não devem ser postergadas por um longo período.



A questão do enfrentamento de uma crise dentro da própria empresa é realmente desafiadora.

Porém, para superar as dificuldades, inicialmente é necessário identificar o motivo, ou vários deles, que podem ter agravado a situação econômico-financeira da instituição, sendo estes às vezes de fácil percepção quando os são fatores externos, ou seja, que não foram ocasionados por uma ação ou omissão do próprio empresário, como por exemplo: fatores cambiais, políticas econômicas, embargos sanitários, como vem ocorrendo com a atual "crise do frango", corte de subsídios aos financiamentos habitacionais, elevação das taxas de juros para financiamentos, aumento da carga tributária, mudança da legislação do segmento, ou então, podem ser originados por fatores internos, como por exemplo: problemas societários, ineficiência produtiva, altos custos, interpretação errônea da legislação que leva à autuações ou demandas judiciais impagáveis, estratégia comercial equivocada, dentre inúmeros outros motivos.

Após o diagnóstico do problema principal ou o elencado como mais grave dentre os diversos fatores, externos ou internos, é necessário avaliar e calcular a proporção com que este problema pode afetar o seu negócio, fazendo as respectivas projeções financeiras, fluxos de caixa, impactos no preço de venda e na margem de contribuição, analisando os diversos cenários que podem ocorrer dentro de um curto, médio e longo prazo.

Com base nessas análises, algumas atitudes devem começar a ser tomadas pelos administradores, sendo as mais comuns, a imediata readequação dos custos e das despesas, a verificação das margens de retorno de cada produto, a reavaliação dos investimentos e seus retornos para que seja estimada a viabilidade de se continuar com o negócio ou a necessidade de suspender total ou parcialmente a produção por determinado período, e também medidas ligadas a estratégia do próprio negócio, localização geográfica, redefinição de políticas comerciais e abertura de novos mercados ou nichos, inovações e implementações no produto, e algumas vezes a dura decisão da descontinuidade de determinada linha produtiva, pois se não há uma margem de lucro satisfatória na venda, a difícil decisão de mudança ou de descontinuidade cabe somente ao gestor.

Algumas vezes, ainda são necessárias certas medidas mais impactantes para o empresário, pois nos cenários de crise econômico-financeira no qual há falta de recursos para honrar ou contas a pagar ou mesmo prover as mudanças pertinentes com capital de giro e de investimento escasso, a Recuperação Judicial tem sido uma medida eficiente nesses casos, pois além de "congelar" o endividamento da empresa desde a data do pedido judicial até a data da assembleia (mínimo de 180 dias), podendo ainda obter um lapso maior de carência se for previsto no plano de recuperação (a ser avaliado conforme o caso, sendo comum de um a dois anos), permitindo ainda, obtenção de deságios, repactuação de juros, e diversas outras modalidades permitidas nos planos, sem contar, que evita nesse período a continuidade dos processos executivos, e lhe beneficia a concessão de parcelamentos de tributos de forma especial.

Importante é agir de forma preventiva evitando um agravamento profundo da crise, mesmo que as decisões sejam difíceis de serem tomadas, não devem ser postergadas por um longo período. Com o auxílio de equipes especializadas em crise, esse momento de superação pode se transformar em momento de descobertas e de reinvenções.

'Quase nada mudou desde que os brasileiros foram às ruas em 2013', diz economista

15/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-06-2018)

Cinco anos depois de os brasileiros terem saído às ruas clamando por mudanças quase nada mudou, na avaliação do economista Roberto Luis Troster. A greve dos

caminhoneiros que parou o País reforça, segundo ele, que o desejo por mudanças se mantém.

Os manifestantes que saíram às ruas para mudar o País em 2013 inspiraram Troster a escrever o livro intitulado O bê-á-bá da política econômica no Brasil em 2018. Lançado em abril, o livro é uma espécie de manual para os eleitores votarem com mais conhecimento das questões econômicas.

“O livro expira o dia 28 de outubro (dia da votação do 2.º turno) porque é para as pessoas votarem bem”, diz Troster, doutor em Economia pela USP e, por mais de uma década, economista-chefe de entidades que representam os bancos.

A chave para as mudanças, na sua avaliação, está na política. “Hoje o start está na política e depois a economia vai se sobrepondo.” Redução da pobreza e do desemprego e a promoção do crescimento sustentado são as principais demandas que devem ser cobradas dos candidatos nas eleições. A seguir, trechos da entrevista.

Por que o sr. escreveu o livro?

Pensei nos manifestantes que saíram às ruas para mudar o Brasil em 2013. As manifestações de rua são importantes na política, mas nem sempre trazem os resultados desejados. Eu fiz 18 anos em 1968. A gente protestou muito, mas fracassou. Só energia cívica não basta. Eleições são uma oportunidade para provocar mudanças. Um entendimento melhor do que pode ser feito é necessário para melhorar.

Qual é o paralelo que o sr. traça entre as manifestações de 2013 e a greve dos caminhoneiros, ambas pararam o País?

O paralelo entre as duas é a demanda por mudanças. Acho que manifestação é bom, frustração é bom, dentro de certos limites. Cinco anos se passaram entre as duas manifestações e não se mudou quase nada. A gente muda mais devagar do que o resto do mundo.

O primeiro passo para as mudanças está na política?

Hoje o start está na política e depois a economia vai se sobrepondo à política.

O livro é um manual?

Sim. Ele expira em 28 de outubro porque é para as pessoas escolherem certo o presidente, deputados, senadores.

Quais são os objetivos?

Primeiro é votar bem. Segundo é que o Brasil pode ser muito melhor do que todo mundo está achando. O potencial é muito grande. Há 30 anos o PIB brasileiro era maior do que o chinês. Hoje o PIB chinês é sete vezes o brasileiro. A diferença entre os dois países é a política econômica. A China tem objetivos, metas.

O que o sr. recomendaria em termos de política econômica para quem ganhar a eleição?

São muitas frentes juntas. Ele tem de saber o que vai fazer com a política fiscal, monetária e cambial. Tem de ter prioridades. No crédito, por exemplo, acabar com os compulsórios, parar de tributar o crédito e tributar mais os ativos. Quem trabalha paga mais imposto do que quem vive de juros. Ele tem de conduzir essas três políticas e depois crescer.

O sr. acha factível voltar a crescer rapidamente?

Acho. O choque que se pode dar é no crédito.

O sr. acha que o sistema financeiro emperra a retomada rápida da economia?

Sim. O sistema de crédito é de 30 anos atrás. Acho que o sistema financeiro lucraria mais, o País cresceria mais se tivesse cunha fiscal menor, menos compulsórios. Há

ainda a questão de prazos de liquidez. Também temos de ter um sistema financeiro inclusivo.

No livro, o sr. fala que às vezes a mudança é para pior. O sr. acha que houve uma piora com a mudança de governo?

Sim. O déficit público aumentou, apesar do discurso, e as expectativas de crescimento caíram. Não avançamos na medida do possível, não. Tem de pensar quais são as prioridades.

Marco Regulatório do Transporte de Carga pode ser votado na próxima semana

15/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

O deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), relator do projeto que cria o marco regulatório do transporte de cargas, afirmou que a proposta está prevista para ser votada na próxima terça-feira, 19, após uma reunião de líderes da Câmara dos Deputados.

O líder do MDB na Câmara, deputado Baleia Rossi (SP), diz que o partido trabalha para que a proposta seja aprovada o mais rápido possível. “Existe um entendimento para votar semana que vem. O texto já foi bastante modificado atendendo a reivindicações de deputados. No MDB, o deputado Osmar Terra (RS) está debatendo com o relator alguns itens. Mas a tendência é pela aprovação”, afirmou o emedebista.

Entre os pontos da proposta, está o aumento da pontuação máxima na carteira de motorista dos caminhoneiros (de 40 para 20 pontos, exceto quando houver infrações graves ou gravíssima), além da obrigatoriedade de que escritórios de agenciamento de cargas possuam ao menos 11 caminhões em sua frota. Ele diz que não abrirá mão “em hipóteses” desses trechos do projeto.

Um dos pontos mais polêmicos marco regulatório, o que concede anistia aos caminhoneiros multados na paralisação do setor, foi transformada em medida provisória após acordo com o presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). “Essa foi uma exigência do Maia para tirar do projeto, e eu tirei. Mas eu fiz uma emenda, de igual teor, e coloquei em uma MP”, afirmou Marquezelli.

Apesar da previsão de Marquezelli, Maia relatou ontem dificuldades para se votar, na Casa, o marco regulatório. Segundo ele, o texto ainda não foi votado no plenário porque “a cada hora aparece um problema”.

Na última terça-feira, 12, a **Coluna do Estadão** noticiou que Marquezelli é dono de uma frota de 120 caminhões e que sua empresa faz a distribuição de produtos da Ambev.

Tabela de frete não vincula todos os caminhoneiros, afirmam advogados

15/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Para alguns, contratos antigos não precisam ser atualizados; tema gera polêmica

Para alguns advogados, a tabela de preços mínimos rodoviários não precisa ser seguida em todas as situações, especialmente se já houver um contrato valendo.

A Medida Provisória de 27 de maio dita que, caso seja praticado um preço abaixo do estipulado, é devida uma indenização equivalente ao dobro do que seria devido, descontado o valor já pago.

Se a tabela dita R\$ 3 mil e foi pago R\$ 1 mil, por exemplo, o contratante deve pagar o dobro do que seria devido (R\$ 6 mil) menos o já pago (R\$ 1 mil), totalizando R\$ 5 mil.

A ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) publicou os preços mínimos em 30 de maio. Na quinta-feira passada (7), após críticas do setor produtivo, foi substituída por uma segunda tabela; esta, por sua vez, desagradou caminhoneiros e foi revogada algumas horas depois.

Para Fernando Villela, sócio da área regulatória do Siqueira Castro, o caminhoneiro pode se adiantar e abrir mão da indenização pela diferença de preços, já que se trata de um direito patrimonial.

"O governo não pode alterar conceitos jurídicos, como a livre negociação entre as partes", diz Villela. "A MP não fala em multa devida ao governo, e sim em indenização, ou seja, estamos tratando de uma negociação privada."

Antonio Barbuto, sócio do TozziniFreire, dá a mesma orientação. "A renúncia ao preço mínimo pode ocorrer, desde que seja formalizada. Se não houver tempo para assinar um novo contrato, a recomendação é que a empresa pelo menos discuta o assunto com a transportadora por email, explicitando que não vão seguir os novos preços."

Outros advogados ouvidos pela Folha afirmam que a estratégia de renunciar ao preço mínimo é arriscada, já que, quando a transportadora deixar de prestar serviço ao cliente, pode entrar com uma ação pedindo a indenização, e tem chance de ganhar.

"Discordo da possibilidade de renunciar. Se fosse assim, o governo diria 'tem essa tabela aqui, quem quiser pode usar'", diz Marcelo Inglez de Souza, sócio do Demarest. Para Paulo Prado, advogado do KLA, "a qualquer momento a pessoa [transportadora ou caminhoneiro] pode reverter esse acordo contra você", e ainda não se sabe como vão decidir os juízes.

Com a indefinição, na prática, ninguém está usando a tabela, diz José Fonseca Lopes, presidente da Abcam (Associação Brasileira de Caminhoneiros). "Com raríssimas exceções, ainda não se sabe como vão ficar os preços, então ninguém usa."

Outra questão que divide advogados é se a tabela vale para todos os contratos ou só os firmados a partir de agora. "Entendo que se aplicaria a tabela imediatamente, mas o mais seguro agora é entrar com uma ação para garantir que continue valendo seu contrato", diz Lucas Sant'Anna, sócio do Machado Meyer.

Um argumento que pode ser usado na Justiça é que as transportadoras têm autonomia para definir seus preços e não precisam do tabelamento como os autônomos, diz Bruno Werneck, sócio do Mattos Filho.

"A lei foi adotada para proteger os autônomos, então podemos adotar uma interpretação histórica de que só serve para eles. Mas a tabela fere, sim, a Constituição, porque o governo só pode regular preços na atividade econômica desde que exista uma justificativa econômica plausível."

"Qualquer ingerência do governo sobre preços praticados entre particulares é inconstitucional", afirma Henrique Frizzo, sócio do Trench Rossi Watanabe.

O que a Justiça ainda vai definir sobre a tabela:

- É constitucional?
- Se for, se aplica a todos os contratos, ou só aos novos?
- Vale para grandes transportadoras, que podem impor seus preços ao mercado?

- É possível renunciar ao direito de usar o preço mínimo em alguma situação?

Valor do frete incorpora aumento do preço do diesel

15/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os sucessivos aumentos no preço do óleo diesel têm sido repassados no preço de transporte rodoviário, considerando as médias praticadas nos últimos anos. De 2010 a 2017, o custo do transporte aumentou 39,8%, de acordo com a EsalqLog, da USP (Universidade de São Paulo). No mesmo período, o preço do frete praticado no mercado aumentou 44%.

A parcela do combustível representa cerca de 38% do custo do transporte rodoviário. Já a mão de obra corresponde a 14,5%, ainda segundo a EsalqLog.

A instituição identificou impacto do diesel no custo de transporte em seis rotas de exportação de açúcar e grãos.

Em todas as rotas mapeadas, ocorreu repasse e a média dos preços praticados no mercado aumentou no último ano.

De junho do ano passado a maio deste ano, porém, com um aumento de 23% no preço do diesel, o repasse foi menor em algumas rotas estratégicas para o escoamento de grãos.

Houve 12% de alta no preço cobrado pela rota de Rondonópolis (MT) para Paranaguá (PR), de acordo com levantamento do Imea (Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária), cerca de metade da alta no combustível.

Os maiores prejudicados nesses casos pontuais são os caminhoneiros autônomos, já que as transportadoras têm contratos com reajuste automático de acordo com o preço dos combustíveis e dos pedágios nas estradas.

"É uma frota de 2,7 milhões de veículos no país. Nesse cenário, há muita concorrência e é muito difícil impor um tabelamento de preços, como quero o governo", afirma Thiago Guilherme Péra, coordenador técnico do EsalqLog.

O movimento nas estradas hoje é 26% inferior ao período de 2003 a 2007, mas a frota de caminhões aumentou 62%, gerando excesso de oferta. "É uma questão de oferta e demanda. Na safra, os caminhoneiros não têm dificuldades em repassar os aumentos, mas em períodos de movimento menor, como o fim do ano, é mais difícil."

"Muitas vezes o caminhoneiro autônomo absorve o custo na estrutura dele, mas é difícil quantificar o quanto foi repassado, já que o preço é composto por outros fatores."

Para o caminhoneiro autônomo Wallace Landim, o "Chorão", que liderou manifestações durante a paralisação de caminhoneiros em maio, a dificuldade está na entressafra, quando o movimento é menor nas estradas. "Na safra falta caminhão e os caminhões somem, daí é ótimo. O problema é quando sobra caminhão, por isso estamos brigando por esses preços mínimos", diz.

Importador pode deixar mercado de diesel

15/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

O acordo fechado pelo governo com os caminhoneiros para acabar com a greve no mês passado gerou uma distorção no mercado de óleo diesel. Responsáveis pelo

fornecimento de 27% do combustível comercializado no Brasil, os importadores ameaçam abandonar o mercado sob alegação de que o negócio deixou de ser lucrativo.

A conta deve cair no colo da Petrobrás, que ficará com o ônus de garantir o abastecimento à população. Sem muita margem para produzir mais em suas refinarias, caberá à petroleira recorrer ao produto de outros países, o que, segundo especialistas, pode ser um retrocesso a um período em que a estatal perdia dinheiro com a venda de combustíveis.

Para garantir o desconto para os consumidores, o governo instituiu um preço de referência a ser perseguido pela Petrobrás e importadores desde a última sexta-feira, 8. Se essas empresas venderem a um valor menor do que esse preço de referência recebem um subsídio do Tesouro, no limite de R\$ 0,30 por litro.

Segundo as importadoras, essa nova política, válida até o fim do ano, significa perda de margem de lucro de 3% a 5%, dependendo do porto aonde o combustível chega. Dizem também que, dessa forma, não vale a pena levar o negócio adiante por não conseguirem cobrir seus custos. Cálculo do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) confirma projeção de perda. A Petrobrás não se posicionou.

“Os preços de referência (estabelecidos pela ANP) são menores que o da paridade internacional, o que inviabiliza a importação e gera risco de desabastecimento no País”, diz o presidente da Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo.

Ele também acredita que, para evitar o desabastecimento de diesel, a Petrobrás será convocada a preencher a lacuna deixada pelas comercializadoras e a ampliar sua importação, o que deve afetar o caixa da petroleira.

Estoque

Desde sexta-feira, 8, as importadoras trabalham exclusivamente com o que têm em estoque e apenas por esse volume receberão o subsídio do governo.

A avaliação do consultor Adriano Pires, diretor do CBIE, é que essas empresas são mais afetadas pela nova política de preço porque seus custos são maiores e porque elas têm menos fôlego que a estatal para aguardar o prazo de 30 dias para receber o subsídio do governo.

Entre os especialistas consultados pelo jornal O Estado de S. Paulo e pelo Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), é consenso que a solução do abastecimento com uma possível saída de cena das importadoras passará pela estatal.

“No fim, quem vai importar é a Petrobrás, o que vai contra a estratégia econômica da empresa. Se fizer isso, será por imposição do acionista principal, a União, e não por interesse próprio”, avalia o professor da USP, Edmilson Moutinho.

Desde julho de 2017, a Petrobrás reajusta os preços dos combustíveis seguindo as variações do petróleo no mercado internacional e do câmbio. Assim, aos poucos, refez o caixa para compensar perdas do passado, quando os valores permaneceram congelados.

Para David Zylbersztajn, ex-diretor geral da ANP, “tem muito choro” na fala da Abicom e o mais importante seria “abrir as contas” para saber se o negócio deixou realmente de ser atrativo. Ele diz ainda “que a Petrobrás tem condição de suprir o mercado interno” e evitar um desabastecimento.

Fonte da estatal que não quis se identificar afirmou que, para ampliar a importação de diesel, a companhia deve ser provocada pelas empresas distribuidoras, que repassam

o produto para os postos revendedores. Até agora, no entanto, isso não aconteceu, diz a fonte.

Entre a compra do combustível e a entrega num porto brasileiro são necessários cerca de 40 dias. Isso significa que se a Petrobrás quiser compensar a fatia de mercado deixada pelas importadoras deve começar a se movimentar nos próximos dias.

Ministro do STF suspende ações judiciais contra tabela do frete

15/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 14-06-2018)

Luiz Fux também marcou audiência entre representantes do setor e governo

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux suspendeu nesta quinta (14) todas as ações que tramitam nas instâncias inferiores da Justiça contra a tabela do frete, instituída por medida provisória em resposta à paralisação dos caminhoneiros.

O objetivo, segundo a decisão do ministro, é uniformizar as decisões judiciais sobre o tema e evitar que conflitem com as duas ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade) ajuizadas no Supremo contra a medida provisória 832 do governo Michel Temer.

A AGU (Advocacia-Geral da União), que representa o governo, informou que, até esta quarta (13), já havia 40 processos contra a tabela do frete em diferentes instâncias. As ADIs no Supremo foram ajuizadas pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e pela Associação do Transporte Rodoviário de Carga do Brasil.

Com a tabela do frete, que foi um pleito dos caminhoneiros, passou a ser obrigatório o pagamento aos caminhoneiros pelo trajeto da volta, segundo a assessoria técnica da CNA, que afirmou haver grande prejuízo para o setor.

Além de suspender as ações judiciais, Fux marcou uma reunião em seu gabinete na próxima quarta-feira (20) com a advogada-geral da União, Grace Mendonça, o ministro dos Transportes, Valter Casemiro, a procuradora-geral, Raquel Dodge, e representantes da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), da Associação do Transporte Rodoviário de Carga do Brasil e da CNA.

ANP e Cade criam grupo de trabalho para avaliar medidas em combustíveis

15/06/2018 – Fonte: G1 (publicado em 14-082018)

Parceria vem após a greve de caminhoneiros que gerou forte desabastecimento e impactou a economia no final de maio.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovaram a instituição de um grupo de trabalho que irá analisar o mercado de combustíveis e avaliar medidas de aprimoramento da regulamentação do setor, segundo portaria assinada nesta quinta-feira (14).

- **Preço do diesel recua 35 centavos na semana**

A parceria entre a agência reguladora e o órgão de defesa da concorrência vem após uma greve de caminhoneiros contra os altos preços do diesel que gerou forte desabastecimento em diversas indústrias e impactou a economia do país no final de maio.

Como uma das medidas tomadas para encerrar a greve, o governo prometeu aos caminhoneiros uma redução do preço do diesel, viabilizada por meio de um programa de subvenção à Petrobras e a outras fornecedoras do combustível no país, com duração até o fim deste ano.

Em meio aos protestos dos caminhoneiros, o Cade divulgou uma série de propostas com o objetivo de aumentar a concorrência no mercado de combustíveis, o que segundo o órgão poderia reduzir os preços aos consumidores finais.



A ANP disse em nota que a implementação das medidas apresentadas pelo Cade será avaliada no grupo de trabalho, que também irá discutir "a possibilidade de adoção permanente das medidas regulatórias excepcionais apresentadas pela ANP".

O grupo, que será composto por seis membros, sendo três de cada órgão, terá que concluir os trabalhos em 90 dias a partir de sua primeira reunião, prazo que pode ser prorrogado pelo mesmo período.

Desde o final da greve, a ANP também já aprovou a realização de uma consulta pública que tem como objetivo a elaboração de uma resolução sobre a periodicidade dos repasses de reajustes de preços de combustíveis aos consumidores. O processo receberá contribuições até 2 de julho.

Brasil inicia 2º tri com crescimento de 0,46% em abril, indica BC, em ritmo ameaçado por greve

15/06/2018 – Fonte: DCI

Na comparação com abril de 2017, o IBC-Br cresceu 3,70%, enquanto que no acumulado em 12 meses apresentou expansão de 1,52%



A economia brasileira ganhou impulso em abril, após contração no mês anterior, de acordo com dados do Banco Central, ritmo que está sob ameaça devido à greve dos caminhoneiros que prejudicou o abastecimento em todo o país no final de maio.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), espécie de sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), expandiu 0,46 por cento em abril na comparação com o mês anterior, segundo dado dessazonalizado divulgado pelo BC nesta sexta-feira.

A expectativa em pesquisa da Reuters era de alta de 0,50 por cento, na mediana das projeções de especialistas consultados. Em março, o IBC-BR havia recuado 0,5 por cento, em dado revisado pelo BC após divulgar queda de 0,74 por cento. Nos dois primeiros meses do ano, o indicador também apresentou resultados negativos.

Na comparação com abril de 2017, o IBC-Br cresceu 3,70 por cento, enquanto que no acumulado em 12 meses apresentou expansão de 1,52 por cento, ainda segundo o BC.

Os dados de abril do IBC-Br acompanham os resultados favoráveis da indústria, varejo e serviços. No mês, a produção industrial cresceu 0,8 por cento, enquanto as vendas no varejo aumentaram 1 por cento e o setor de serviços teve seu primeiro resultado positivo no ano.

No primeiro trimestre, o PIB do Brasil acelerou ligeiramente o ritmo e registrou expansão de 0,4 por cento em relação aos três meses anteriores, marcando o quinto período seguido no azul e favorecido pela agropecuária, segundo o IBGE.

O cenário positivo apontado pelo indicador do BC, entretanto, está ameaçado devido aos efeitos da paralisação da greve dos caminhoneiros, que afetou o abastecimento de combustíveis, alimentos e outros insumos em todo o país.

Além disso, o Brasil vive momento de incerteza com as eleições presidenciais, além de confiança abalada e desemprego elevado. As projeções para o crescimento da economia deste ano vêm sendo reduzidas por analistas e a pesquisa Focus realizada semanalmente pelo Banco Central aponta agora expectativa de 1,94 por cento.

IBC-Br indica melhor início de ano para a atividade desde 2014, aponta BC

15/06/2018 – Fonte: Isto É

O Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br), divulgado na manhã desta sexta-feira, 15, apresentou alta de 1,55% de janeiro a abril deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado, na série sem ajuste sazonal.

Este é o melhor resultado para os primeiros quatro meses do ano desde 2014, quando o IBC-Br havia registrado alta de 1,69% na mesma comparação.

Conhecido como uma espécie de “prévia do BC para o PIB”, o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A previsão oficial do BC para a atividade doméstica em 2018 é de avanço de 2,6%, sendo que este número foi informado em março. Já o Ministério da Fazenda projeta PIB de 2,5%.

Média móvel trimestral

Em um ambiente ainda de dificuldades para a economia, a média móvel trimestral do IBC-Br teve baixa de 0,03% em abril, na série com ajuste sazonal. Foi o segundo percentual negativo consecutivo. Em março, o indicador também havia recuado, em 0,40%.

Bastante observada pelos economistas do mercado financeiro, a média móvel do IBC-Br costuma ser usada como indicativo de tendências para o índice. O percentual agora divulgado refletiu a comparação entre o trimestre encerrado em abril e o trimestre encerrado em março.

No caso da série sem ajuste sazonal, a média móvel trimestral do IBC-Br teve resultado positivo de 1,63% em abril. Em março, a média móvel sem ajuste havia subido 1,47%.

Revisões

O Banco Central revisou dados do Índice de Atividade Econômica na margem, na série com ajuste. O IBC-Br de março foi revisado de -0,74% para -0,51%. Em fevereiro, o índice foi de -0,10% para -0,04%.

No caso de janeiro, a revisão foi de -0,66% para -0,67%. O dado de dezembro foi de 1,09% para 1,14% e o de novembro passou de 0,37% para 0,43%. Em relação a outubro, o BC substituiu a taxa de 0,26% pela de 0,24%.

Cenário externo leva dólar a R\$ 3,80 e BC anuncia novas intervenções

15/06/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 14-06-2018)

Apesar da artilharia pesada do Banco Central para conter a alta do dólar, a moeda americana voltou na quinta-feira, 14, para a casa dos R\$ 3,80. O BC chegou a vender

US\$ 5 bilhões no mercado futuro – volume recorde de recursos para um único dia -, mas a intervenção não foi suficiente para segurar a cotação do dólar. A pressão do cenário externo acabou forçando o BC a anunciar a oferta de mais US\$ 10 bilhões na semana que vem.

O avanço do dólar no dia seguinte ao sinal do banco central americano de que deve subir os juros quatro vezes neste ano já era esperado, mas foi potencializado pelas notícias sobre a guerra comercial entre China e EUA.

O governo Donald Trump vai impor, nesta sexta-feira, 15, tarifas para a entrada de produtos chineses que podem chegar a US\$ 50 bilhões. O anúncio de que o Banco Central Europeu vai encerrar seu programa de compras de títulos no fim do ano também afetou o mercado de câmbio.

A perspectiva de que os juros devem subir mais nos Estados Unidos faz com que investidores realoquem recursos em busca do retorno oferecido pela moeda da maior economia do mundo. Como consequência, todas as demais perdem valor. Moedas emergentes sofrem ainda mais porque muitas economias têm fragilidades por questões políticas ou problemas fiscais.

O dólar mais forte pode provocar uma pressão inflacionária no País, uma vez que muitos insumos são cotados na moeda americana. A trajetória de alta da inflação pode levar o Banco Central a antecipar um aumento da taxa básica de juros da economia, a Selic – possibilidade que já começa a entrar no radar de analistas.

No Brasil, a principal preocupação é a eleição. O temor dos investidores é que um candidato não reformista seja eleito – o que afasta a perspectiva de mudanças estruturais defendidas pelos economistas.

Para tentar amenizar o enfraquecimento do real, o BC tem agido fortemente. O órgão tem ofertado contratos de swap cambial – que funcionam como uma venda futura de dólar. Há uma semana, o BC informou que colocaria no sistema US\$ 20 bilhões em contratos novos de swap, para além da oferta diária de US\$ 750 milhões. Com isso, até hoje, o montante total dos leilões chegaria a US\$ 24,5 bilhões. De lá para cá, foram vendidos US\$ 17,75 bilhões em contratos de swap.

Só na quinta-feira, foram US\$ 5 bilhões. Desde 2002, quando o BC começou a usar esse instrumento, nunca haviam sido ofertados tantos contratos: foram 100 mil em três leilões ao longo do dia. Mesmo assim, o dólar subiu mais de 2%.

No início da noite, o BC anunciou que seguirá com a oferta desses contratos para amenizar a volatilidade e oferecer liquidez ao mercado. Em nota, a instituição informou que “estima oferecer montante em torno de US\$ 10 bilhões” na próxima semana. O valor citado é menos da metade dos US\$ 24,5 bilhões prometidos para a semana que termina nesta sexta-feira. O BC nota, contudo, que o valor “poderá ser ajustado para cima ou para baixo, dependendo do mercado”.

Efeito Fed

O aperto nos juros dos EUA fez com que moedas em todo o mundo perdessem valor. Levantamento do jornal O Estado de São Paulo e do Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado) mostrou que todas as 47 moedas cotadas perderam valor. Até as consideradas “porto seguro”, como dos países nórdicos, caíram.

Na Argentina, a pressão dos investidores foi ainda mais forte e derrubou, além da moeda (queda de 6,54%), o presidente do BC. Na quinta-feira, o peso argentino foi a divisa que mais perdeu valor em relação à americana e já são necessários 27,70 pesos para comprar um único dólar. No início da noite, o jornal La Nación informou a queda do presidente do BC argentino, Federico Sturzenegger. Luis Caputo, que ocupava o Ministério de Finanças, será o substituto.

A queda de Sturzenegger e o derretimento do peso aconteceram mesmo após o anúncio da equipe econômica do presidente Mauricio Macri de que serão oferecidos US\$ 7,5 bilhões nos próximos dias para tentar amenizar a fraqueza do peso. O dinheiro virá do acordo de US\$ 50 bilhões do país vizinho com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Alta da Selic entra no radar de analistas

15/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

A pressão do cenário externo e as incertezas com a eleição levaram os analistas a rever suas expectativas em relação à Selic, a taxa básica de juros da economia. Uma pesquisa do Projeções Broadcast com profissionais do mercado financeiro mostra que cinco deles, de um total de 49, preveem que a taxa vai chegar ao fim do ano acima dos atuais 6,50%. No levantamento anterior, feito em maio, após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nenhuma instituição previa alta dos juros neste ano.

Mesmo entre os economistas que acreditam em manutenção da Selic em 2018, alguns admitem que o cenário ficou mais arriscado com o novo nível do câmbio – que na quinta-feira, 14, fechou em R\$ 3,80, apesar das intervenções do Banco Central – e a forte volatilidade dos mercados, que passa também pelo aumento dos riscos fiscal e eleitoral no Brasil.

Nos contratos de juros futuros, desde a semana passada, a aposta é de que o ciclo de aperto monetário começa já na próxima reunião do Copom, nos dias 19 e 20 deste mês. Na quinta à tarde, 60% dos contratos embutiam a possibilidade de o BC elevar a Selic para 7% ao ano na semana que vem e outros 40% apostavam em 6,75% ao ano.

Entre os analistas, no entanto, embora haja divergências sobre como estará a taxa de juros em dezembro, existe um consenso de que ela será mantida na próxima reunião. “Esperamos que o Copom mantenha a Selic em 6,50% na reunião da próxima semana e indique que, talvez, enxergue algum risco de convergência da inflação para a meta em 2019”, diz o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, que ainda espera que o juro termine o ano no mesmo patamar.

Sobre a diferença de cenários do mercado futuro de juros e dos analistas, o economista Luiz Castelli, da GO Associados diz que a falha da comunicação do BC pode ter contribuído com esse comportamento do mercado. Segundo ele, na reunião do Copom do mês passado, a taxa ficou inalterada, quando, para a maioria do mercado, a instituição havia sinalizado queda para 6,25%. “Isso gera mais ruído e amplia o leque de opções.”

Para a economista-chefe da Rosenberg Associados, Thaís Zara, nem mesmo a indicação de quarta-feira, 13, de que o banco central americano (Fed) vai elevar os juros quatro vezes este ano muda a percepção de que a Selic será mantida – apesar de a sinalização aumentar a pressão sobre o câmbio. Segundo ela, a sinalização do Fed não foi “nenhuma surpresa” dado o desempenho da economia norte-americana.

“Mas é inegável que aumentaram os riscos de aperto dos juros este ano por causa do novo nível do dólar e da incerteza sobre as perspectivas fiscais. Tudo isso tem impacto direto da inflação”, admite o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini. Alguns analistas enfatizam que a comunicação dada até o momento pelo Banco Central é de que a política monetária não será atrelada ao câmbio.

Levantamento

Na pesquisa do Projeções Broadcast, entre as cinco instituições que preveem antecipação do processo de aperto monetário para este ano, apenas uma acredita que isso ocorrerá antes das eleições. As previsões vão de 6,50% a 8,50%. No

levantamento anterior, feito após o Copom de maio, 33 previam elevação em algum momento de 2019 e duas instituições acreditavam que o juro permaneceria no nível atual de 6,50% até o fim do ano que vem.

Ao jornal O Estado de S. Paulo e ao Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), no último dia 11, o presidente do BC, Ilan Goldfajn, afirmou que a decisão será tomada "no dia da reunião, olhando todas as condições". Ele disse que vai seguir monitorando a inflação, as expectativas para os índices de preços e o balanço de riscos para decidir sobre a Selic. O último comunicado da decisão diz que "para as próximas reuniões, o Comitê vê como adequada a manutenção da taxa de juros no patamar corrente".

Sob peso de alimentos, IGP-10 acelera alta a 1,86% em junho, diz FGV

15/06/2018 – Fonte: G1/ Jornal Extra

Os preços dos alimentos tanto no atacado quanto no varejo subiram em junho e o Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) acelerou a alta a 1,86 por cento em junho, ante 1,11 por cento no mês anterior, em um reflexo ainda do desabastecimento provocado pela greve dos caminhoneiros.

Consumidora passa por mercado no Rio de Janeiro 09/12/2015 REUTERS/Ricardo Moraes. O resultado informado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta sexta-feira ficou acima da expectativa em pesquisa da Reuters com economistas de alta de 1,76 por cento no mês.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo-10 (IPA-10), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60 por cento do índice geral, subiu 2,50 por cento no período, contra 1,55 por cento em maio.

Os dados do IPA mostraram que os preços dos Bens Finais passaram a subir no período 1,80 por cento, de 0,04 por cento no mês anterior, pressionado principalmente pelo aumento de 3,50 por cento nos preços dos alimentos in natura.

Já o Índice de Preços ao Consumidor-10 (IPC-10), que responde por 30 por cento do índice geral, registrou maior pressão ao subir 0,74 por cento em maio, depois de alta de 0,26 por cento em abril.

O destaque para o resultado ficou para o avanço de 0,98 por cento do grupo Alimentação, sobre 0,10 por cento em maio, com avanço de 11,74 por cento em hortaliças e legumes. O Índice Nacional de Custo da Construção-10 (INCC-10) avançou 0,36 por cento em junho, de 0,34 por cento em maio antes.

A greve dos caminhoneiros durou mais de 10 dias no final de maio e afetou o abastecimento de combustíveis e alimentos em todo o país, além de outros insumos, impactando os preços.

O IGP-10 calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Com alta de 0,46%, 'prévia' do PIB do Banco Central volta a crescer em abril

15/06/2018 – Fonte: G1

Índice tenta antecipar o resultado do PIB, que é divulgado pelo IBGE. Resultado ainda não captura efeitos da greve dos caminhoneiros, que aconteceu no fim de maio.

Após três meses de retração, economia brasileira voltou a ter crescimento em abril, de acordo com informações divulgadas pelo Banco Central nesta sexta-feira (15).

O chamado Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), considerado uma "prévia" do resultado do PIB, teve alta de 0,46% em abril, na comparação com março. O percentual foi calculado após ajuste sazonal, uma espécie de "compensação" para comparar períodos diferentes.

De acordo com o BC, esse foi o primeiro crescimento mensal deste ano, na série revisada. Em janeiro, fevereiro e março, respectivamente, houve retração do indicador de 0,67%, de 0,04% e de 0,51%. A última alta havia sido registrada em dezembro do ano passado (+1,14%).

O indicador de abril ainda não captura os efeitos da greve dos caminhoneiros, que aconteceu somente no final do mês de maio. Durante a greve, houve crise de abastecimento em todo o país. Faltaram combustível nos postos de gasolina e alimentos em mercados e feiras. O Ministério da Fazenda estimou um impacto de R\$ 15,9 bilhões do movimento.

Estimativas

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Em 2017 a economia cresceu 1% e interrompeu a pior recessão já registrada no país. No primeiro trimestre deste ano por sua vez, o PIB teve uma expansão de 0,4%, segundo dados oficiais do IBGE.

Entretanto, nas últimas semanas a projeção de analistas para o desempenho da economia tem piorado, após a paralisação dos caminhoneiros.

Para o mercado, o crescimento deste ano ficará abaixo de 2%. O governo ainda vê uma alta de 2,5% para o PIB em 2018, mas pode revisar para baixo este valor.

Parcial do ano e 12 meses

Os números do BC mostram ainda que, de janeiro a abril de 2018, o indicador do nível de atividade registrou uma expansão de 1,55%, sem o ajuste sazonal. No acumulado em 12 meses até abril, a prévia do PIB do Banco Central registrou crescimento de 1,52%, também sem ajuste sazonal.

PIB x IBC-Br

O IBC-Br foi criado para tentar antecipar o resultado do PIB, que é divulgado pelo IBGE. Os resultados do IBC-Br, porém, nem sempre mostraram proximidade com os dados oficiais do PIB.

O cálculo dos dois é um pouco diferente - o índice do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos.

Definição dos juros básicos da economia

O IBC-Br ajuda o Banco Central na definição dos juros básicos da economia. Atualmente, a taxa Selic está em 6,50% ao ano, na mínima histórica.

Pelo sistema que vigora no Brasil, o BC precisa ajustar os juros para atingir as metas preestabelecidas de inflação. Quanto maiores as taxas, menos pessoas e empresas ficam dispostas a consumir, o que tende a fazer com que os preços baixem ou fiquem estáveis.

Para 2018, a meta central de inflação é de 4,5%, com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Desse modo, o IPCA, considerado a

inflação oficial do país e medida pelo IBGE, pode ficar entre 3% e 6%, sem que a meta seja formalmente descumprida.

Indústria perde oportunidade de pagar menos impostos

15/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-06-2018)



Empresas exportadoras do setor automotivo têm R\$ 300 milhões em impostos à espera de solicitação de resgate

Rogério Borili, da Becomex, avalia a carga tributária dos carros e estima que metade das empresas paga mais impostos do que deveria

A carga de impostos sobre a produção automotiva no Brasil sempre foi uma caixa preta que dá origem a outros mistérios, como a formação do preço do veículo nacional. Em entrevista a **Automotive Business** Rogério Borili, vice-presidente da Becomex, empresa especializada no gerenciamento da área tributária, tenta clarear este cenário incerto.

Segundo ele, a resposta é sim, a indústria automotiva paga muitos impostos no Brasil, mais do que em uma série de outros países conhecidos pela grande produção de veículos. O valor, estima, pode chegar a 50% do preço final de alguns carros. A questão, no entanto, não é somente a alta carga de tributos, alerta, mas a complexidade da cobrança destas alíquotas, que incidem sobre os vários elos da cadeia produtiva. "Por isso precisamos tão urgentemente de uma reforma tributária", diz.

O especialista aponta que a mudança deveria passar por três pilares. O primeiro seria a simplificação das cobranças com um tributo único, o IVA, Imposto sobre Valor Agregado, que reuniria o que hoje é ICMS, ISS e PIS/Cofins. A alíquota deveria ser cobrada apenas uma vez, na venda do carro, por exemplo.

O segundo ponto seria distribuir os recursos arrecadados de forma mais eficiente e justa entre municípios, estados e União. O terceiro pilar é garantir que os impostos incidam, efetivamente, sobre aquilo que deve pagar alíquotas. "O Brasil tem hoje um modelo totalmente voltado à tributação do consumo, não da riqueza arrecadada. É uma distorção", afirma.

Apesar das críticas, ele conta na entrevista a seguir que há boas soluções disponíveis para recuperar tributos na cadeia automotiva que ainda são subutilizados pelas empresas do setor. "Calculamos que mais de 50% das empresas exportadoras no Brasil pagam mais impostos do que deveriam por não aproveitar corretamente os benefícios fiscais e aduaneiros existentes."

Em geral, qual é a carga tributária paga pelas montadoras instaladas no Brasil?

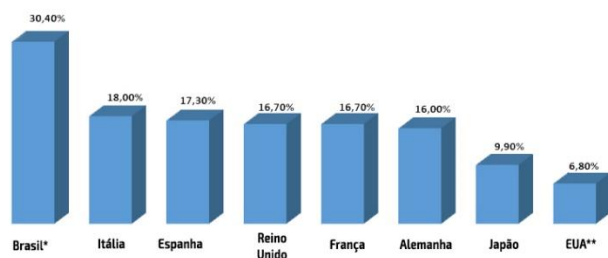
Aproximadamente 35% do custo de produção das montadoras envolvem impostos, que acabam repassados ao preço do veículo. Em alguns casos, dependendo da potência do motor, do lugar em que os componentes são fabricados ou do tipo de combustível usado, a carga tributária pode superar 50% do preço final do veículo.

Quanto as montadoras pagam de impostos em outros países?

"O sistema tributário de cada país é bem diferente. O do Brasil é bastante complexo e o carro nacional está entre os mais caros do mundo e um dos que mais paga impostos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a carga tributária dos veículos é de 6,8% sobre o preço ao consumidor. No Japão, não chega a 10%. Nos nossos vizinhos Argentina e Chile, os impostos representam cerca de 20% do preço do carro pago pelo consumidor."

A incidência de diferentes impostos é só um dos motivos para que os mesmos produtos tenham preços diferentes em cada país. Além disso, ainda existe o chamado custo-Brasil, que inclui a soma de todos os tributos pagos em cadeia pela montadora e seus fornecedores, custos dos salários em cada região, taxas de juros, margens de lucro, produtividade, custos logísticos e preços distintos das várias matérias-primas.

PARTICIPAÇÃO DOS TRIBUTOS NO PREÇO DOS CARROS



Fonte: Anfavea

(*)Alíquota de IPI básica, Automóveis a gasolina de 1000 cm³ a 2000 cm³

(**)Estado da Califórnia

E quais são os tributos pagos pelas montadoras localmente?

A lista é gigante porque os impostos não estão somente no preço do carro, mas incidem em tudo que a montadora compra, em qualquer serviço ou produto.

Desde um simples parafuso até um robô para a linha de montagem ou um copo de café.

Os tributos incidem em cascata e, inevitavelmente, refletem no preço do carro ao consumidor. Basicamente, a tabela de um veículo na concessionária inclui 13% de IPI, 12% de ICMS e 11,6% de PIS/ Cofins quando falamos de um modelo a gasolina com entre 1.000 a 2.000 cilindradas. A questão é que a complexidade tributária é grande no setor. Os impostos variam muito.

O IPI, por exemplo, pode ter alíquota de 7%, para carro flex 1.0, e chegar a 25%, para veículos com motor 2.0 à gasolina.

Por isso a reforma tributária é vital para esta indústria, com a simplificação para um único tributo, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que juntaria ICMS, ISS, PIS/Cofins e seria cobrado apenas uma vez, na venda, diferentemente de como ocorre hoje, com imposto incidindo ao longo de toda a cadeia produtiva.

A indústria automotiva conta com alguns regimes fiscais especiais em determinadas regiões. Isso ameniza o efeito da alta carga tributária?

Incentivos regionais são normalmente preparados com base em operações específicas e destinados à uma indústria que planeja investir naquela região. São modelos que aumentam a guerra fiscal dos estados e geralmente não trazem o benefício esperado.

Um modelo mais preparado, de longo prazo e disponível a todos, é muito mais eficiente para o país e para a própria indústria. Por isso há tanta expectativa em torno do Rota

2030, que deveria entrar em vigor ainda neste ano. A legislação poderá trazer como novidade a possibilidade de o valor investido pelas empresas no Brasil ser abatido do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Há ferramentas disponíveis no Brasil para que as montadoras e empresas de autopeças recuperem ou enxuguem os gastos com tributos?

Calculamos que cerca de 50% das empresas exportadoras no Brasil pagam mais impostos do que deveriam por não aproveitar corretamente os benefícios fiscais e aduaneiros existentes. Muitas companhias sequer sabem o potencial de economia que poderiam alcançar.

Quais são os caminhos para que as empresas recuperem estes impostos?

As possibilidades de reaver os tributos pagos a mais aumentam quando a fabricante de veículos desenvolve um trabalho em parceria com toda a sua cadeia. O ideal é apurar todos os benefícios fiscais e aduaneiros concedidos pelo governo à indústria e entender como recuperá-los em cada elo da cadeia produtiva. Com algumas ferramentas, já recuperamos mais de R\$ 80 milhões em créditos às empresas do setor automotivo.

Um bom exemplo é o **Drawback**, incentivo à exportação que viabiliza devolução total ou parcial de tributos federais recolhidos quando há importação de matérias-primas utilizadas na fabricação de mercadorias comprovadamente exportadas.

Dados da Receita Federal mostram que, nos últimos quatro anos, o Drawback foi responsável por 30% de todo benefício fiscal concedido pelo governo federal. Ainda assim, cerca de 25% das maiores empresas exportadoras do Brasil não fazem a requisição deste benefício que poderia gerar milhões de reais em caixa.

Outra ferramenta é o **Reintegra**, que permite reintegrar valores pagos em custos tributários residuais nas cadeias de produção – o incentivo, no entanto, está ameaçado por ser uma das medidas que o governo planeja cortar para subsidiar o diesel a preços mais baixos.

Até então, exportadores conseguiam receber até 2% dos valores residuais embutidos na cadeia automotiva pagos em tributos federais (PIS e Cofins), nas etapas anteriores ao processo produtivo. Agora este percentual deve cair para apenas 0,1%.

Já o **Recof-Sped** permite ao beneficiário importar ou adquirir itens no mercado interno com suspensão do pagamento de tributos aduaneiros quando o produto final for destinado à exportação.

Qual é o potencial de economia para as montadoras com a utilização destas ferramentas?

Estes regimes podem reduzir em até 19% o custo direto dos insumos importados destinados à industrialização dos produtos que serão exportados. Isso torna os bens fabricados aqui mais competitivos no mercado internacional.

Em valores absolutos, quanto a indústria automotiva paga em impostos no Brasil? No ano passado o ministério do Desenvolvimento falava em R\$ 40 bilhões por ano, seria isso mesmo?

Os números absolutos de 2017 ainda não foram divulgados, mas as estimativas próximas a R\$ 35 bilhões devem se confirmar.

Volkswagen inaugura laboratório de realidade virtual na planta Anchieta

15/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-06-2018)



Laboratório de realidade virtual na Volkswagen Anchieta: funcionário aprende a montar um carro que ainda nem foi lançado, em linha de montagem que nem foi construída

Facilidade serve para treinar funcionários a produzir carros que ainda serão lançados

A **Volkswagen** deu mais um passo na adoção dos processos digitalizados da indústria 4.0 na antiga fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP). Foi inaugurado na unidade um **laboratório de realidade virtual** onde é possível simular a produção de um veículo que nem foi lançado ainda, em uma linha de montagem que também não existe fisicamente. Com essa facilidade, será possível treinar funcionários antes da operação real, o que possibilita antecipar ajustes e correções, com sensível economia de tempo e recursos.

Segundo a Volkswagen, no laboratório os profissionais vestem óculos de realidade virtual e assim podem ingressar em postos de trabalho e andar pelo ambiente virtual da produção, segurar uma peça imaginária e até sentir o impacto no chão se a deixar cair. Também é possível visualizar em tamanho real protótipos de veículos que serão lançados no futuro.

“Com o laboratório de realidade virtual, a Volkswagen do Brasil atinge o estágio mais avançado em simulação de novos postos de trabalho e protótipos de veículos. A tecnologia permite planejar e validar em um ambiente virtual futuras instalações, processos produtivos e novos produtos com nível de assertividade nunca antes imaginado. Tudo isso antes da implementação física. Dessa forma é possível tomar decisões mais rápidas, otimizar custos e aprimorar cada vez mais a qualidade dos processos e produtos”, afirma Celso Placeres, diretor de engenharia de manufatura da empresa.

No laboratório os funcionários também podem interagir no mesmo ambiente virtual com profissionais que estão em países ou fábricas diferentes, conversando por meio de microfones que fazem parte do equipamento.

O novo laboratório integra o projeto Fábrica Digital que a engenharia de manufatura da Volkswagen do Brasil vem desenvolvendo desde 2008. Com o uso de mais de 50 softwares, são simulados virtualmente os processos produtivos, ergonomia de postos de trabalho, novas construções prediais, infraestruturas e até escritórios da empresa antes de serem instalados fisicamente. Essas simulações eram feitas em computador e a partir de agora também podem ser inseridas na sala de realidade virtual.

A Volkswagen calcula que as simulações e antecipação de problemas trazidas pela Fábrica Digital já garantiram economias superiores R\$ 100 milhões, ao evitar correções que teriam sido necessárias em apenas seis grandes projetos implementados nos últimos cinco anos.

Vendas financiadas por CDC crescem 25% até maio

15/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 14-06-2018)



Modalidade foi responsável pela venda 450 mil automóveis e comerciais leves, o equivalente a 58% dos emplacamentos em 2018

Enquanto as **vendas** de automóveis e comerciais leves zero-quilômetro cresceram 16,2% no acumulado janeiro-maio na comparação com os mesmos meses do ano passado, os negócios fechados por Crédito Direto ao Consumidor (**CDC**) no período subiram 24,9% no mesmo período, o que indica que alavancaram segmento. Os dados são da B3, antiga Cetip, que reúne os dados de veículos financiados.

De janeiro a maio foram vendidos por CDC 450,2 mil automóveis e comerciais leves, o equivalente a 58,3% de todos os emplacamentos no período. Na comparação com iguais meses do ano passado a participação do CDC avançou 3,4 pontos percentuais.

Os números da B3 também mostram um importante avanço dos consórcios, com 44,2 mil automóveis e comerciais leves vendidos pela modalidade até maio, 7,7% a mais que em iguais meses de 2017.

Na soma de financiamentos, CDC, consórcio e outras formas de parcelamento, as vendas a prazo de veículos leves totalizaram 506,5 mil unidades, 20,8% a mais pela comparação anual.

VENDA A PRAZO DE PESADOS ZERO-KM CRESCE 63,6%

No acumulado até maio foram financiados por diferentes modalidades 34,7 mil veículos pesados (caminhões e ônibus). O volume foi 63,6% maior que o registrado em iguais meses de 2017.

O segmento também teve um número expressivo de usados negociados a prazo no período: 51,6 mil unidades, 9,2% a mais que em iguais meses de 2017.

CRÉDITO TAMBÉM PUXA MOTOS PARA CIMA

De acordo com a B3, o CDC foi responsável pela venda de 154,8 mil motos até maio, avanço de 16,7% sobre igual período do ano passado. É mais um exemplo em que a modalidade rebocou as vendas, já que os emplacamentos de motocicletas no período aumentaram 7,7% após seis anos seguidos de queda (atribuídos justamente à dificuldade de crédito).

Nas motos, o consórcio registrou queda de 7%, mas é importante recordar que a modalidade tem para as duas rodas peso bem maior em vendas que nos carros. Foram 105,4 mil unidades entregues por consórcio no período, ou 27,5% do total de motocicletas novas licenciadas.

FINANCIAMENTO DE USADOS SOBE 7,5%

As vendas a prazo de veículos usados por CDC, consórcio, leasing e outras modalidades cresceram 7,5% ao somar 1,4 milhão de unidades. O número inclui automóveis e comerciais leves, caminhões, ônibus e motos. O maior volume financiado foi de automóveis e comerciais leves, com 1,3 milhão de unidades e crescimento também de 7,5%.

O balanço da B3 para maio isoladamente mostra que 84,2% de todos os veículos financiados no mês (leves, pesados e motos) foram negociados por CDC. O consórcio vem a seguir, com 14,2%. As operações por leasing representaram menos de 1%.

Fabricantes de motores estão no caminho certo com plano de recuperação para A320, diz a Airbus

15/06/2018 – Fonte: R7 (publicado em 14-06-2018)

As fabricantes de motores Pratt & Whitney e CFM estão no caminho certo com um plano de recuperação após atrasos que levaram a Airbus a ter que estacionar dezenas de aeronaves sem motores, disse um executivo da fabricante de aviões europeia nesta quinta-feira.

"Nós concordamos em um plano com as duas para alcançar a produção, ambas agora estão atingindo as metas e estão no caminho certo, o que é uma boa notícia", disse Klaus Roewe, chefe do programa de jatos A320, a repórteres em Hamburgo. A Airbus inaugurou uma nova linha de montagem para o avião de corredor único mais vendido.

Os atrasos para conseguir motores da unidade Pratt & Whitney, da United Technologies, e da CFM International, da Safran e da General Electric, deixaram a Airbus ficando para trás do ritmo que necessita para atingir a sua entrega para o ano inteiro.

Com jatos deixados estacionados em seus locais de produção enquanto esperam por motores, Roewe disse que a Airbus teria reduzido a produção se soubesse da extensão dos problemas.

"Pretendíamos construir tantas estruturas para estacioná-las? Com certeza que não", disse Roewe. "Se tivéssemos conhecido o tamanho dos problemas técnicos e industriais, poderíamos ter desacelerado a produção."

Ele disse que a Airbus não estaria estacionando aeronaves até o final do ano, mas ainda estaria atrasada em termos de entregas.

Cobre opera em queda com dólar forte e expectativa por anúncio de tarifas

15/06/2018 – Fonte: Isto É

Os preços do cobre operam em queda nesta sexta-feira em meio ao dólar mais forte, expectativa de anúncio de tarifas dos EUA sobre produtos chineses e a retomada de um pagamento de royalties da Glencore.

Às 7h54 (de Brasília), o cobre para três meses caía 0,30%, a US\$ 7.138,50 a tonelada, na London Metal Exchange (LME). Às 8h26, o cobre para julho tinha baixa de 0,36%, a US\$ 3,2105 a libra-peso, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

O índice do dólar DXY, que mede a moeda em comparação com uma cesta de 6 outras divisas fortes, opera em alta de 0,10%. Um dólar mais forte tende a tornar as

commodities denominadas nessa moeda mais caras para os detentores de outras moedas.

Esse aumento do dólar veio depois que o Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) elevou as taxas de juros na quarta-feira e definiu um aumento adicional da taxa para 2018, elevando o total esperado para este ano de três para quatro.

Além dos movimentos cambiais, os analistas classificaram as quedas da maioria dos metais básicos como uma combinação de dados econômicos chineses recentes e escassos, e a relatos de que o presidente americano, Donald Trump, aprovou tarifas de cerca de US\$ 50 bilhões sobre produtos chineses.

O representante comercial dos EUA deverá anunciar a lista de produtos sujeitos a essas tarifas nesta sexta-feira, disseram pessoas a par do assunto, ao The Wall Street Journal.

Embora a disputa geopolítica continue sendo uma fonte de incerteza, o crescente atrito no comércio internacional pode ter implicações altistas para os preços do cobre, disse Norbert Rücker, chefe de pesquisa de macro e commodities da Julius Baer.

Além desses fatores, a gigante de mineração Glencore disse na sexta-feira que retomará dezenas de milhões em pagamentos a um ex-parceiro de negócios que foi sancionado pelo Departamento do Tesouro dos EUA em dezembro.

Em dezembro, a Glencore congelou pagamentos de royalties a Dan Gertler – o bilionário israelense supostamente envolvido com corrupção na República Democrática do Congo -, mas disse que determinou que sua única opção viável para evitar o risco de perder seus ativos seria voltar a pagar os royalties.

Entre os demais metais básicos negociados na LME, o zinco caía 0,79%, para US\$ 3.155 por tonelada, o alumínio recuava 0,58%, para US\$ 2.239,50 por tonelada métrica, o estanho subia 0,07%, para, US\$ 20.840 a tonelada métrica, o níquel tinha alta de 0,59%, para US\$ 15.365 a tonelada métrica e o chumbo baixava 0,28%, para US\$ 2.453 a tonelada métrica.